



n.4
out./dez.
2019

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editora Executiva

Marianna Albuquerque

Editor Adjunto

Diogo Ives

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Leandro Wolpert dos Santos

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Marília Bernades Closs

Murilo Gomes da Costa

Thaís Jesinski Batista



Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

INCERTEZA E POLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL EM UM CONTEXTO GLOBAL INSTÁVEL..... PÁGINA 04

ARTIGOS

MONITOR ELEITORAL — ELEIÇÕES DE 2019 NA ARGENTINA.....PÁGINA 06

DE MAURÍCIO MACRI A ALBERTO FERNÁNDEZ: O QUE ESPERAR DA ALTERNÂNCIA DE PODER NA ARGENTINA.....PÁGINA 10

MONITOR ELEITORAL — A DERROTA ELEITORAL DA FRENTE AMPLA APÓS 15 ANOS DE GOVERNO NO URUGUAI..... PÁGINA 17

ELEIÇÕES, INSTABILIDADE E GOLPE NA BOLÍVIA: BREVE ANÁLISE DO MÊS QUE ACELEROU A CRISE POLÍTICA DO PAÍS..... PÁGINA 17

AS REVOLTAS CONTRA O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA DO SUL EM 2019 PÁGINA 21

Editorial

Incerteza política na América do Sul em um contexto global instável

As últimas eleições presidenciais na América do Sul trouxeram alguns resultados mais ou menos previsíveis, mas também projetam cenários de grande instabilidade e incerteza na região. As eleições da Argentina e do Uruguai, ambas em finais de 2019, confirmaram, com sinal contrário, que a disputa entre forças progressistas de um lado e conservadoras, neoliberais, de outro, ainda tem vigência na América Latina. Neste Boletim, o Monitor Eleitoral sobre as eleições no Uruguai, de autoria de André Leão, analisa a eleição presidencial de Luis Lacalle Pou no pleito uruguaio, de novembro passado. A vitória do Partido Nacional, após estar fora do poder por 25 anos, derrotou a Frente Ampla, no poder desde 2004. Contudo, as primeiras medidas do novo governo do Partido Nacional parecem indicar que não ocorrerá uma reversão profunda da agenda progressista nos costumes, implementada pelos governos anteriores da Frente Ampla, que colocou o país em pé de igualdade com as democracias consolidadas na Europa de tradição socialdemocrata.

Na Argentina, ao contrário, foi a coalizão de centro-direita, Juntos por el Cambio, que foi derrotada pela Frente de Todos, situada na centro-esquerda do espectro político. A chapa vencedora foi liderada por Alberto Fernández, um político justicialista, não kirchnerista, mas que teve como companheira de chapa a ex-presidenta Cristina Kirchner. O Monitor Eleitoral, de autoria de Giovana Zucatto, sobre as eleições presidenciais argentinas, examina o processo eleitoral desde as eleições primárias até a vitória de Fernández, bem como as repercussões regionais deste giro político no país. O artigo de Leonardo Nóbrega, Marcia Rangel Candido e Rafael Rezende, sobre as expectativas com relação à alternância de poder na Argentina, discute os cenários possíveis em três dimensões da conjuntura argentina: economia e política externa; direitos das mulheres e saúde pública; e cultura, educação, ciência e tecnologia. Os três autores são editores da Horizontes ao Sul, canal de divulgação de conhecimento

científico com o qual o OPISA tem enorme prazer em colaborar. A avaliação feita por eles é de mudanças significativas com relação às orientações do governo passado, podendo-se antecipar divergências pronunciadas com relação às orientações do governo brasileiro atual.

O que há de comum entre as eleições nos dois países é que elas reproduzem, com sinal invertido, a mesma disputa político-ideológica que tem marcado a região, desde os processos de democratização nos anos 90, entre atores de centro-direita de um lado e de centro esquerda de outro, representada no Brasil pela disputa PSDB e PT.

O cenário de crise política na Bolívia, cujo epicentro foi a reeleição de Evo Morales e sua posterior deposição, aponta numa direção distinta, já que não parece se tratar apenas de uma rotatividade de governos com ideologias distintas, mas de uma mudança na estrutura do Estado boliviano tal como foi reconfigurado por Evo Morales e seu partido, o MAS, no poder desde 2006. Como sugere Marília Closs, em artigo sobre a crise boliviana neste Boletim, a mudança é profunda e demonstra o fortalecimento de uma força de extrema-direita naquele país, como uma terceira força para além da tradicional disputa entre direita e esquerda, como parecem ser os casos de Argentina e Uruguai.

Em certo sentido, o processo boliviano, apesar de todas as suas especificidades, é análogo ao que se observou no Brasil com a eleição de Bolsonaro no final de 2018 e o conseqüente enfraquecimento das duas forças políticas aglutinadas no PSDB e no PT que governaram o Brasil desde a democratização. Contudo, as diferenças nos resultados eleitorais nas eleições da Argentina e do Uruguai, a crise boliviana, seu desfecho golpista e a expectativa de reestruturação do Estado boliviano, e a eleição de Bolsonaro, são processos com especificidades e distinções que dificultam que se possa apontar tendências políticas dominantes na região. Assim como não podemos concluir, como tendência dominante, de um retrocesso da maré rosa iniciada no início dos anos 2000, também não podemos falar de uma curva ascendente da extrema-direita na região. A diversidade e a incerteza parecem predominar na América do Sul, o que torna bastante problemático inferir tendências gerais de eventos singulares que podem ser pontos fora da curva.

O que sim parece estar acontecendo é a crescente insatisfação das sociedades sul-americanas com eventuais fracassos das

elites dirigentes no poder em responder aos anseios e demandas da sociedade. Ainda que com especificidades nacionais, é possível estabelecer convergências entre algumas destas manifestações populares que, na maioria das vezes, ocorrem sem a mediação dos partidos. Este é o tema do artigo conjunto de Andrés Londoño, Diogo Ives, Fernanda Nanci e Murilo Gomes sobre as manifestações e protestos políticos no Equador, no Chile e na Colômbia, nos últimos meses de 2019.

Por fim, os primeiros dias de 2020 não tem sido auspiciosos no plano global. A escalada do conflito no Oriente Médio promovida pelo governo Trump, com o assassinato, em um ataque aéreo dos EUA, do general iraniano Qasem Soleimani, transformou uma disputa latente em um conflito permanente, mas não nos moldes de uma guerra convencional, e sim em uma violência intermitente em que atos de guerra não necessariamente levam a um enfrentamento aberto entre os oponentes. Por outro lado, o conflito ao romper com toda a processualística normativo-legal da guerra, torna-se praticamente imune a qualquer regulação dos atos de guerra com base no Direito Internacional. Neste sentido, os Estados entram em guerra, sem ter que declará-la e sem os controles internacionais e a prestação de contas doméstica que a situação de guerra sujeita os Estados nos planos externo e interno. Por isso, a ideia de uma guerra intermitente, com episódios de violência e sem controles normativos nos níveis doméstico e internacional, poderia vir a ser um cenário possível. Tal situação gera incentivos fortes para tornar a guerra algo corriqueiro na disputa interestatal em que o que vale em última instância é a força relativa de cada um dos oponentes. Uma situação análoga à representação hobbesiana do estado de natureza e o oposto daquela que teve vigência durante a Guerra Fria, em que a guerra entre as duas potências estava praticamente fora de consideração pela capacidade de destruição mútua que as armas nucleares conferia a ambas.

A epidemia recente do coronavírus, originada na China, agregou mais um fator de incerteza e instabilidade, desta feita em função das trágicas implicações humanitárias nas populações atingidas, do forte impacto nos serviços de saúde, e dos reflexos na economia mundial. Até agora, a rota deste vírus parece ser dirigida aos países de clima frio, no Hemisfério Norte, ainda que exista pouca informação científica confirmada sobre a letalidade e as características de reprodução

e tempo de incubação do vírus. Seria ainda mais dramático se o Hemisfério Sul, com todas as enormes carências de saúde pública e pobreza estrutural, viesse a ser atingido.

O ano de 2020 se inicia assim em um contexto de grande incerteza global que inclui desde às questões humanitárias e de saúde pública, ao acirramento da disputa no Oriente Médio, passando pelas questões do baixo crescimento econômico, recessão em alguns casos, e desigualdade crescente e persistente entre países e dentro dos países. Sem falar na crise migratória e nas consequências deletérias do aquecimento global, cujo controle e regulação sofreram graves reveses nos últimos meses com os resultados pífios da COP 25.

Os últimos acontecimentos sugerem fortemente que uma perspectiva somente nacional não basta mais para entender as tendências políticas nos países isoladamente. O mundo é cada vez mais global, assim como o são os problemas e as questões que afetam a todos nós direta ou indiretamente.

Rio de Janeiro, janeiro de 2020

Maria Regina Soares de Lima
Coordenadora do OPISA



Monitor Eleitoral

Eleições de 2019 na Argentina

Giovanna Esther Zucatto¹
Pesquisadora do OPISA

No dia 27 de outubro de 2019, o peronista Alberto Fernández foi eleito presidente da Argentina pela coligação Frente de Todos, tendo como vice a ex-presidenta Cristina Fernández de Kirchner (CFK). Alberto Fernández é advogado e professor de Direito Penal na Universidade de Buenos Aires, e foi Chefe de Gabinete durante todo o governo de Néstor Kirchner e durante parte do mandato de CFK. Num momento em que a América do Sul assiste à profusão de golpes e à ascensão de governos que flertam com o autoritarismo, a Argentina se consolida como um foco de resistência e aprofundamento da democracia. A postura do ex-presidente Mauricio Macri, em rapidamente reconhecer a derrota e ajudar no processo de transição de governo reforça essa tendência.

A opção pela vice-presidência CFK e a conformação da Frente de Todos

Uma das primeiras grandes surpresas desta corrida eleitoral se deu em maio, quando CFK anunciou que concorreria como vice de Fernández, e não como cabeça de chapa pela Frente de Todos. Importa ressaltar que, na Argentina, a vice-presidência traz responsabilidades mais abrangentes que no Brasil. Além das funções tradicionais, o/a vice-presidente/a preside o Senado e tem voto de minerva em decisões legislativas que terminem empatadas. De qualquer forma, as razões dessa decisão parecem variadas.

Primeiro, porque CFK está envolvida em uma série de investigações sobre possíveis casos de corrupção durante os seus governos e do ex-presidente Néstor Kirchner, como o escândalo dos “Cuadernos de las Coimas”. Em agosto de 2018, o jornal La Nación da Argentina noticiou um suposto escândalo de corrupção envolvendo os governos dos ex-presidentes argentinos Néstor e Cristina Kirchner. A suspeita baseia-se em anotações realizadas em oito cadernos por um ex-motorista do Ministério de Planejamento argentino de 2005 até 2015. De acordo com as acusações, empresários pagavam subornos ao governo para garantir contratos em obras

públicas. O juiz designado pela Câmara Federal para o caso foi Claudio Bonadió, magistrado alinhado com o peronismo de direita, e responsável por processos anteriores de corrupção envolvendo os Kirchner.

As investigações de corrupção durante os governos kirchneristas têm similitudes com a Operação Lava-Jato que não parecem ser coincidência. O ex-secretário argentino do Fortalecimento Institucional, Fernando Sánchez, chegou a declarar que a operação brasileira inspirou a investigação dos cadernos de propinas especialmente nos métodos utilizados, centrados no uso de delações premiadas e em prisões preventivas². Ainda em 2018, a Procuradoria Geral da Argentina e sua contraparte brasileira firmaram um acordo que permite o compartilhamento de provas, delações e acordos de leniência em investigações de corrupção nos dois países. Nesse sentido, parece bastante provável que a decisão de CFK em concorrer como vice tenha sido influenciada pelo cenário político brasileiro, especialmente pela prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que liderava as intenções de voto para as eleições de 2018 no Brasil, quando foi preso em abril daquele ano.

Além disso, a decisão foi uma aposta para a conformação de uma coalizão que congregasse variadas correntes políticas argentinas. No vídeo em que fez o anúncio de que concorreria como vice de Fernández, CFK ressaltou que aquela era uma escolha não apenas voltada para vencer as eleições, mas para garantir a governabilidade do país. De fato, o gesto fortaleceu a construção da Frente de Todos, coalizão de forças políticas organizada a partir do peronismo e da esquerda e em franca oposição a Mauricio Macri. Em sua configuração final para disputar as eleições, a Frente de Todos conformava quatro grandes linhas principais, além de outras forças políticas progressistas menores: o Partido Justicialista, agremiação peronista com o maior número de filiados do país; a Frente Renovadora, liderada por Sergio Massa; o kirchnerismo; e a maior parte dos governadores peronistas. Além disso, foi endossada pelas principais centrais sindicais do país, como a Confederación General del Trabajo e a Central de Trabajadores de Argentina.

² Para mais informações, ver Conjuntura Latitude Sul, edição de setembro de 2018.

¹ Doutoranda em Sociologia no IESP-UERJ.



A crise do macrismo e as eleições primárias

A conformação da Frente de Todos não foge à regra do jogo das últimas eleições presidenciais na Argentina. Em 2015, a chegada de Macri à presidência no país se deu a partir de uma ampla coalizão denominada Cambiemos, que reuniu setores à direita e à esquerda do anti-kirchnerismo e não peronistas, como a Proposta Republicana (PRO) e a União Cívica Radical (UCR). Ainda que a Cambiemos congregue diversos setores anti-kirchneristas e predominantemente de direita, incluindo os mais conservadores, Macri elegeu-se apoiando a união civil entre pessoas de mesmo sexo e prometendo impulsionar o debate sobre a descriminalização do aborto, ainda que sem influenciá-lo diretamente - o que de fato veio a acontecer. Em consonância, sua agenda principal girou em torno dos temas econômicos, voltados para a liberalização e medidas de austeridade advindas do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Algumas das medidas tomadas logo no início de seu mandato incluíram o fim do controle cambial, o fim das cotas de exportação para a indústria e o setor agropecuário e o corte no quadro de funcionários públicos.

Essas políticas acabaram por ter efeitos nefastos sobre a economia argentina: em 2019, o desemprego ficou acima dos 10%, a inflação acima de 50% ao ano e um terço dos argentinos vive na pobreza. Não parece surpresa, então, que as taxas de aprovação de seu governo fossem tão baixas: de 40% de aprovação em 2016, de acordo com dados do Latinobarómetro de 2018³, este índice chegou a 23,9% no primeiro trimestre de 2019 enquanto a desaprovação de seu governo foi a 58,8%, segundo a agência Sinopsis⁴.

Estes índices melhoraram levemente em maio de 2019, quando a sua aprovação foi de 26,2% e a desaprovação de 54% (Valora Analitik, 2019). É possível aventar que esta melhora esteja relacionada aos esforços de Macri em melhorar a situação econômica do país, que vivencia há pelo menos um ano a queda de seu Produto Interno Bruto (PIB) (Agência EFE, 2019). Em um ano eleitoral, os índices de aprovação do presidente [pareciam] baixos para garantir a sua reeleição e estão distantes daqueles do início de seu mandato. Tendo o kirchnerismo como principal adversário político, um olhar nos números finais do governo de Cristina Kirchner deve estar no horizonte: de acordo com pesquisa

3 Disponível em: <www.latinbarometro.org> (acesso em 12/12/2019).

4 Disponível em: <<https://www.valoraanalitik.com/2019/05/08/la-aprobacion-del-presidente-argentino-mauricio-macri-aumenta-a-26-2/>> (acesso em 12/12/2019).

da CELAG, enquanto a ex-presidenta terminou o seu mandato com 57,2% de aprovação e 41,4% de desaprovação, os números de Macri estão em 23,8% e 75,9%, em relação a maio [de 2019] (ZUCATTO; TANSCHHEIT, 2019, p. 14).

A partir deste cenário, desenhou-se a estratégia política da campanha de reeleição de Maurício Macri. De um lado, sua principal política econômica ainda girava em torno do controle de preços. De outro, procurou expandir a Cambiemos, disputando setores peronistas com a Frente de Todos. Como vice, Macri escolheu o senador peronista Miguel Ángel Pichetto, que até então integrava o Partido Justicialista, dando origem à coligação Juntos por el Cambio.

No dia 11 de agosto, ocorreram as eleições primárias, abertas, simultâneas e obrigatórias (PASO) para a disputa presidencial na Argentina. O cenário previsto pelas pesquisas de aprovação do governo macrista foram confirmadas de forma avassaladora: a chapa Frente de Todos saiu vitoriosa com pouco mais de 47% dos votos, enquanto Macri fez cerca de 32%. Esta votação daria a vitória para Fernández já no primeiro turno das eleições, em outubro.

Buscando reverter o resultado das urnas, Macri anunciou um pacote de medidas econômicas: aumento da faixa de isenção de imposto de renda, assim como um bônus para trabalhadores informais, desempregados e funcionários públicos; aumento do salário mínimo em cerca de 30%; renegociação de dívidas para pequenas e médias empresas; aumento de 40% nas bolsas estudantis; e congelamento dos preços dos combustíveis. A última medida acabou sendo revista pelo governo argentino após protestos das refinarias. O objetivo do pacote era aliviar os efeitos da crise sobre as camadas mais pobres, assim como buscar reaproximar as camadas médias do governo. Logo em seguida, em 17 de agosto, o então ministro da Fazenda, Nicolás Dujvone, renunciou ao cargo, reconhecendo erros na condução da política econômica. No dia 29 de agosto, o novo ministro da pasta, Hernán Lacunza, pediu ao FMI e aos credores privados um adiamento do pagamento de parcelas da dívida, tanto em dólares quanto em pesos⁵.

5 Para mais informações, ver Conjuntura Latitude Sul, edição de agosto de 2019.



Eleições e repercussão para a política regional?⁶

No dia 27 de outubro, a tendência apontada pelas PASO acabou por se confirmar com a vitória da Frente de Todos. Fernández foi eleito presidente já no primeiro turno com cerca de 47% dos votos, contra os 40% alcançados pela coligação Juntos por el Cambio, do então presidente Mauricio Macri - ainda que pesquisas tivessem apontado uma diferença ainda maior do que a que veio a se concretizar. Na mesma noite, Macri reconheceu a derrota e parabenizou Fernández publicamente, reforçando o caráter democrático de sua vitória e afastando especulações sobre possíveis fraudes eleitorais. No dia seguinte, o ex-presidente recebeu seu sucessor na Casa Rosada para dar início ao processo de transição de governo. Para além do pleito presidencial, a coligação garantiu maioria no Senado, que passou a ser presidido por CFK a partir de 10 de dezembro. No entanto, o novo governo não terá maioria na Câmara de Deputados, onde obteve 120 de 257 cadeiras - enquanto os macristas conseguiram 119 -, o que demandará que Fernández negocie com a Câmara todos os projetos de lei que buscar aprovar em seu mandato. Nas eleições regionais, a Frente de Todos conquistou 14 províncias de um total de 23. O destaque foi a eleição do peronista Axel Kicillof, que foi ministro da economia de Cristina Kirchner e um dos principais nomes da campanha dos progressistas, para o governo da província de Buenos Aires, enquanto o mando da Cidade Autônoma de Buenos Aires ficou com o já atual chefe de governo portenho Horácio Rodríguez Larreta, da Juntos por el Cambio.

Após a vitória do peronista, todos os chefes de Estado da América do Sul e o governo de Donald Trump o parabenizaram pela vitória, em mensagens que buscaram reforçar laços diplomáticos com o novo governo argentino. A exceção foi Jair Bolsonaro, que no dia seguinte declarou que não iria parabenizar Fernández e lamentou a escolha dos argentinos, apontando o fato do mandatário eleito defender a campanha pela liberdade do ex-presidente Lula. O presidente brasileiro ainda cogitou a possibilidade de afastar o vizinho do Mercosul caso venha a dificultar o acordo com a União Europeia. O Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Ernesto Araújo, chegou a afirmar que “forças do mal” estariam comemorando a vitória de

Fernández.

Os ataques foram mais além quando Eduardo Bolsonaro proferiu ofensas homofóbicas ao filho do novo presidente argentino nas redes sociais, o que suscitou críticas do então Ministro das Relações Exteriores de Mauricio Macri, que classificou os ataques como inapropriados. No dia 01 de novembro, no entanto, Bolsonaro baixou o tom nas críticas a Fernández, afirmando que não iria na posse presidencial, mas também não levaria a cabo qualquer tipo de retaliação e que esperaria que os governos pudessem ter o mesmo tipo de relação de quando Macri estava no poder. No final das contas, o presidente brasileiro enviou seu vice, General Hamilton Mourão, à posse e ainda convidou Fernández para visitar o Brasil, viagem ainda sem data para acontecer.

Por outro lado, o presidente eleito argentino realizou sua primeira viagem internacional antes mesmo de tomar posse, visitando o México no início de novembro e quebrando a tradição de novos mandatários argentinos virem ao Brasil. A viagem teve como objetivo pavimentar a aproximação com Andrés Manuel López Obrador e a estruturação de um eixo de esquerda para alavancar políticas progressistas na América Latina. Essa viagem acabou sendo decisiva para o desenrolar da crise na Bolívia, logo em seguida, já que foi Fernández que articulou a saída do presidente Evo Morales do país para seu asilo no México. Uma vez empossado, o novo governo argentino garantiu asilo político para o mandatário boliviano, que se encontra na Argentina desde então.

Mesmo antes de tomar posse, Fernández já apontava importantes modificações na política externa argentina, sinalizando que o país deveria se retirar do Grupo de Lima e que defenderia a solução da crise na Venezuela por via de novas eleições, deixando de se referir a Nicolás Maduro como um ditador, em oposição a um dos principais eixos da política externa de Macri, calcada na oposição regional ao regime chavista. A posição de Fernández, no entanto, não tem sido de apoio total ao regime de Maduro - ao contrário do que era até então a postura de CFK. A aposta tem sido, de fato, na mediação diplomática, o que pode ser exemplificado por dois exemplos. Primeiro, antes mesmo de sua posse, intermediou a liberação de seis executivos norte-americanos presos em Caracas a pedido da Casa Branca. Segundo, então já empossado, não assinou o documento do Grupo de Lima quando do bloqueio do

⁶ Para mais informações, ver Conjuntura Latitude Sul, edição de outubro de 2019.



Parlamento venezuelano, evitando falar em Golpe, mas repudiou o acontecimento e pediu que as forças políticas no país recuperassem o diálogo como forma de saída da crise.

Conclusão: os novos rumos da política argentina

No dia 10 de dezembro, Alberto Fernández tomou posse como presidente da Argentina. Na cerimônia, além do supracitado vice-presidente brasileiro, estiveram presentes o presidente cubano, Miguel Díaz Canel, e o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez. Do Uruguai, compareceram tanto o atual presidente em fim de mandato Tabaré Vázquez como o recém-eleito Luis Lacalle. O presidente do Chile, Sebastián Piñera, informou nas redes sociais que não compareceria devido ao acidente com um avião militar chileno que acontecera havia poucos dias. O representante do regime de Nicolás Maduro foi Jorge Jesús Rodríguez Gómez, ministro de Comunicação e Informação e homem de confiança do mandatário venezuelano. Além disso, estavam presentes importantes nomes da esquerda sul-americana, como o ex-presidente equatoriano Rafael Correa, o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica e o ex-chanceler brasileiro, Celso Amorim⁷.

O discurso de posse marcou o tom do que deve vir a ser o governo de Fernández. O ponto central foi o combate à crise econômica através de um “novo contrato social que seja fraterno e solidário”, que incluirá a renegociação da dívida com o FMI e a criação e expansão de programas sociais⁸. Assim, no dia 23 de dezembro, o novo governo lançou um pacote emergencial para resgatar a economia do país que, segundo Fernández, se encontra em “calote virtual”. Este plano, chamado de “megalei”, dá ao Poder Executivo, durante um ano, uma série de poderes para administrar o Estado em matéria econômica, financeira, fiscal, administrativa, previdenciária, tarifária, energética, sanitária e social⁹. Dentro desta “megalei”, o governo lançará um plano nacional contra a fome, inspirado pelo

7 Disponível em:

<<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/peronista-alberto-fern%C3%A1ndez-toma-posse-como-presidente-da-argentina-1.385944>> (acesso em 12/12/2019).

8 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-os-pontos-mais-fortes-do-discurso-de-posse-de-alberto-fernandez-24129705>> (acesso em 12/12/2019).

9 Disponível em: <<https://istoe.com.br/argentina-promulga-medidas-para-sair-da-pior-cri-se-desde-2001/>> (acesso em 23/12/2019).

Programa Fome Zero, assim como concederá bônus de emergência por aposentadorias mínimas e congelará aumentos no serviço público¹⁰. Mais recentemente, no dia 03 de janeiro, anunciou um reajuste no salário dos trabalhadores do setor privado.

Outro ponto importante do discurso de posse foram as críticas ao lawfare e ao uso político do Judiciário. Utilizando-se do slogan que se popularizou ao fim da ditadura no país, afirmou que “nunca mais haverá uma Justiça que decide e persegue de acordo com os ventos políticos do poder de ocasião”¹¹. Esta postura está de acordo com as denúncias que tanto ele quanto CFK e outros políticos da Frente de Todos têm feito a perseguições levadas a cabo pelo Judiciário argentino. Nessa linha, anunciou uma reforma integral da Justiça, comunicou uma intervenção na Agência Federal de Inteligência (AFI) e a revogação de um decreto que havia tornado secreto seu orçamento¹².

Finalmente, no que diz respeito às relações com o Brasil e à política regional, Fernández defendeu relações maduras com os países vizinhos e deu especial atenção ao Brasil, único país a ser nominalmente citado no discurso. Disse que deseja “construir uma agenda ambiciosa, inovadora e criativa em matéria tecnológica, produtiva e estratégica, respaldada pela irmandade histórica de nossos povos, que vai além de qualquer diferença pessoal dos que governam”¹³. Advogou, ainda, pelo reforço da integração regional e pelo fortalecimento do Mercosul. Em suma, o que indica o discurso de Fernández é que, ainda que em moldes bastante diferentes daqueles adotados pelo governo Macri, a política exterior argentina dos próximos anos seguirá prezando pela aproximação com a América do Sul, tendo como eixo fundamental as relações bilaterais com o Brasil. Nesse sentido, Fernández deve buscar o protagonismo da política externa sul-americana colocando-se como mediador regional.

Referências

ZUCATTO, Giovana Esther; TANSCHKEIT, Talita. (2019) “A luta contra a adversidade”: aprovação dos governos de direita na América do Sul. Boletim OPSA, n. 2, abr/jun. 2019.

10 Ibid.

11 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-os-pontos-mais-fortes-do-discurso-de-posse-de-alberto-fernandez-24129705>> (acesso em 12/12/2019).

12 Ibid.

13 Ibid.



De Mauricio Macri a Alberto Fernández: o que esperar da alternância de poder na Argentina

Leonardo Nóbrega¹

Editor do Horizontes do Sul

Marcia Rangel Candido²

Editora do Horizontes do Sul

Rafael Rezende³

Editor do Horizontes do Sul

Introdução

A expressão “lua de mel” é frequentemente utilizada para descrever as relações iniciais entre novos governos e diferentes segmentos da sociedade. Nesta caracterização, o aspecto temporal é importante, pois se refere à dimensão das expectativas sustentadas durante a implementação de um projeto de governo recém-eleito. No presente texto, temos como intuito abordar as projeções de uma opção política que acabou de ser vitoriosa nas urnas e apresentar algumas respostas para a pergunta “o que esperar da alternância de poder na Argentina?”, tendo como objeto as possibilidades geradas com a posse, no dia 10 de dezembro de 2019, da coalizão vencedora no último pleito presidencial do país, Frente de Todos, liderada por Alberto Fernández e a vice Cristina Kirchner, ambos do Partido

1 Pesquisador de Pós-Doutorado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), com estágio sanduíche realizado no Centro de História Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes. É editor da Horizontes ao Sul. E-mail: leonobrega.s@gmail.com.

2 Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. Em 2018, foi pesquisadora visitante na Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) e na Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo). É editora da Horizontes ao Sul. E-mail: marciarangelcandido@gmail.com.

3 Doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsista do Programa Bolsa Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Em 2019, foi pesquisador visitante no Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC) da Universidad de Buenos Aires (UBA). É editor da Horizontes ao Sul. E-mail: brozrezende@gmail.com.

Justicialista (PJ).

A partir de uma breve contextualização da disputa eleitoral para a presidência e da transição de governos, pretendemos discutir três horizontes importantes da conjuntura argentina: (1) economia e política externa; (2) direitos das mulheres e saúde pública; (3) cultura, educação, ciência e tecnologia. Para tal, o fio condutor foi a escolha de ministérios que na gestão recente tiveram modificações bastante significativas. Enquanto Mauricio Macri (Proposta Republicana, PRO) encerrou o mandato sustentando uma política de austeridade e ajuste fiscal que reduziu o número de pastas à metade⁴, Fernández anunciou uma estrutura renovada, que aumentou o número de ministérios e alterou sua configuração em termos de conteúdo com relação ao governo anterior.

A composição ministerial certamente não foi uma tarefa fácil para Fernández. Quando se uniu à Kirchner para formar a coalizão que viria a se tornar exitosa, ele sabia que tinha pela frente um desafio complicado que precisava ser superado se quisesse entrar no pleito com chances reais de disputa: unificar o peronismo, corrente política e social heterogênea, enorme, com agudas desavenças internas e principal portadora do imaginário em torno do qual gira a política argentina (DOMINGUES, 2013). Uma vez logrado o intento, Fernández tinha contas a acertar. Sua equipe de ministros deveria representar, se não todas, ao menos uma significativa parcela das forças peronistas que o apoiaram. Antes de mais nada, é preciso ressaltar que, no caso aqui abordado, a mudança de governo representa, de fato, um giro político. Se de um lado temos o ex-presidente Macri, um rico engenheiro e empresário que encabeçou uma coalizão política (Juntos por el Cambio) com atores ideologicamente localizados entre o centro e a direita, de outro lado temos o presidente Fernández, um professor universitário que liderou uma coalizão política (Frente de Todos) com atores ideologicamente localizados entre o centro e a esquerda. O que ainda não podemos afirmar com total segurança é a dimensão do giro político que será engendrado na Argentina; entretanto, a nomeação da nova equipe ministerial nos oferece alguns importantes indícios, abordados a seguir.

4 Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Anexo:Gabinete_de_Ministros_de_Mauricio_Macri (acesso em 09/01/2020).

Economia e Política Externa

A história argentina, pelo menos desde a redemocratização, em 1983, é uma história composta por breves interregnos de estabilidade em meio a sucessivas crises econômicas. Estas foram comumente constituídas pela desastrosa confluência entre estagnação, inflação e endividamento. As crises econômicas já derrubaram presidentes eleitos, como Raúl Alfonsín (1983-1989) e Fernando de la Rúa (1999-2001), e interromperam sonhos de reeleição, como o de Macri (2015-2019). Não por acaso, em quase toda eleição presidencial, a economia surge como o tema central que cativa o eleitor do país vizinho.

A crise que explodiu ainda no ano de 2001 ocupa um espaço especial no imaginário do povo argentino. A manutenção da Lei de Convertibilidade, que igualava o peso argentino ao dólar, herança do governo de Carlos Menem (1989-1999), silenciosamente multiplicava a dívida externa do país ao passo que o desemprego aumentava e o produto interno bruto retraía. Tal cenário, que gerava uma enorme desconfiança nos investidores, provocou uma corrida bancária. Como resposta, o presidente Fernando de la Rúa e o ministro Domingo Cavallo apresentaram um plano econômico que incluía o que ficou conhecido como “corralito”, o que nada mais era do que uma rígida restrição dos saques bancários. A consequência imediata foi o brutal empobrecimento de grande parte da população, gerando um caos social que incluiu greves, cortes de estradas, saques, panelaços, gigantescas marchas, cinco presidentes em doze dias e uma duríssima repressão com o saldo de algumas dezenas de mortos. Dessa crise econômica surgiram algumas novidades que marcaram a política argentina nos anos seguintes. As mais notórias são a ascensão nacional do casal Kirchner, o espraiamento do movimento piqueteiro e o incremento da permanente desconfiança da população em relação à moeda nacional - quase todos os argentinos poupam em dólares.

Em 2015, ao primeiro sinal de uma possível crise, pouco mais da metade da população resolveu apostar em um novo presidente, alguém mais próximo ao mercado. Através de um discurso tecnocrático, Macri foi eleito com a promessa de recuperar a economia argentina. Sua arma era o receituário clássico do neoliberalismo: austeridade e menor intervenção estatal. Ao fim, o ex-presidente não só falhou no intento

de recuperar a economia argentina, como acabou por agravar a crise, mergulhando o país em níveis alarmantes de pobreza, o que lhe custou a possibilidade de reeleição.

Fernández foi eleito propondo um novo pacto social entre trabalhadores e empresários, assim como culpando os especuladores pela crise. Mas qual seriam as bases desse novo pacto social? Qual o grau de radicalidade do giro econômico que será promovido por Fernández? Por um lado, alguns apostaram que Fernández, como Lula, optaria por começar seu governo com um ministro da economia mais próximo do campo ortodoxo. Por outro lado, alguns apostaram em um giro mais radical, uma aproximação com a Teoria Monetária Moderna, super-heterodoxa.

Nem ortodoxia, nem heterodoxia pura. No campo econômico, Fernández seguirá, ao que tudo indica, a insígnia que tem marcado sua conduta: mudanças sim, mas com moderação. Para o ofício de ministro da Economia, o novo presidente escolheu o jovem Martín Guzmán, de 37 anos. Ele é professor na Universidade de Columbia, onde trabalha com Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia. Durante sua carreira acadêmica, Guzmán se dedicou a investigar o tema da renegociação da dívida argentina, o maior desafio que ele terá que encarar. O que o mercado e o povo esperam de Guzmán é a reestruturação rápida e sem rompantes da dívida pública combinada com investimentos em setores chave, buscando a geração de emprego e o aquecimento do mercado interno. Apesar de ser considerado um “super-ministro”, ou seja, um ministro que concentra muito poderes, é fundamental ressaltar que Guzmán terá que articular suas políticas com outras duas destacadas figuras. A primeira delas é Miguel Pesce, o novo presidente do Banco Central, instituição da qual foi vice-presidente entre 2004 e 2015. Ele é professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) e foi um notório defensor do governo Kirchner quando a presidenta, em 2010, anunciou que usaria parte das reservas para pagar a dívida pública. A segunda figura é Matías Kulfas, o novo responsável pelo Ministério de Desenvolvimento Produtivo (Ministerio de Desarrollo Productivo). Também egresso da UBA, ele é um destacado defensor de políticas industrializantes. Seu desafio é frear o processo de desindustrialização, intensificado durante o governo Macri e um dos pilares da alta taxa de desemprego do país.

No campo das relações internacionais,



por sua vez, o novo chanceler argentino é Felipe Solá (PJ), engenheiro agrônomo, ex-governador da província de Buenos Aires e ex-deputado federal. Peronista, Solá começou sua vida política no final dos anos 1980, participou dos governos Menem e foi da base de apoio dos governos Kirchner até 2008, quando deixou o bloco governista no auge de um grave conflito entre o governo e algumas organizações patronais do setor agropecuário. Desde então, ele figura no grupo dos peronistas não kirchneristas. A nomeação de Solá pode ser considerada uma retribuição pela retirada da sua pré-candidatura presidencial quando Fernández e Kirchner anunciaram que iriam concorrer juntos no pleito de 2019.

O principal desafio de Solá será estreitar laços com os parceiros comerciais da Argentina, algo primordial para um país que precisa recuperar a economia. Ademais, o novo chanceler terá que trabalhar em um cenário de quase total ausência de afinidade político-ideológica com os países fronteiriços, em especial o Brasil. O gigante sul-americano é o maior parceiro comercial da Argentina, mas os dois Estados possuem uma série de antigas disputas sobre tarifas de importação. Além disso, as ameaças ao MERCOSUL, feitas pelo governo brasileiro, assustam a gestão dos vizinhos.

Para comandar as negociações com o importante parceiro, Fernández indicou Daniel Scioli para ser o embaixador argentino em Brasília. Scioli é um poderoso político peronista e já foi governador da província de Buenos Aires, deputado federal, vice-presidente e candidato a presidente. Seu caráter pragmático e negociador é o que sustenta a aposta no seu nome para estreitar os laços com o governo e os empresários brasileiros.

Em relação ao governo anterior, a política externa argentina sofrerá algumas reorientações já anunciadas. A primeira delas é a assunção de um posicionamento com maior grau de altivez na disputa sobre as Ilhas Malvinas⁵. A segunda é a defesa, dentro do Grupo de Lima, de uma saída para a crise venezuelana que priorize a negociação entre as partes ao invés do isolamento do governo de Nicolás Maduro. Por fim, o novo governo argentino deve se opor mais firmemente às tentativas de desestabilização de regimes e governos na América do Sul. Sobre a crise contemporânea na Bolívia, por exemplo,

Fernández e Solá foram contundentes ao afirmar que Evo Morales sofreu um golpe.

Direitos das Mulheres e Saúde Pública

A participação de mulheres na política institucional é tema importante na Argentina. O país foi um dos pioneiros mundiais na adoção de ações afirmativas em candidaturas ao Congresso, assim como se uniu recentemente ao Equador, Costa Rica, Bolívia, Nicarágua, Honduras, Panamá e México na instauração de uma lei de paridade de gênero no âmbito da representação política. Tais medidas transformaram gradativamente o contexto nacional e o posicionaram como um dos líderes globais em inserção do grupo feminino entre senadoras e deputadas. As mudanças, contudo, não resultaram somente em alterações na composição de perfis sociais de eleitos, mas também na própria definição de agendas de trabalho, projetos debatidos pelos governos e repercussão das pautas de gênero (DEL COGLIANO & DEGIUSTTI, 2018; CAMINOTTI, 2013).

Apesar das evidências de que o incremento de mulheres nos espaços de poder modifica o modo de se fazer política, sobretudo em relação aos assuntos que são colocados em debate, sucessivas gestões presidenciais não fomentaram a igualdade na definição de lideranças de ministérios. Na última eleição, da direita à esquerda, ou seja, na passagem de Macri para Fernández, a dominação masculina na ocupação do cargo de ministro perdurou, indo de 82% para 81%⁶. Em contrapartida, além da expansão atual na quantidade de pastas, os conteúdos alçados a desfrutar status de ministério apontam para divergências substantivas nos dois governos. A criação do Ministério de Mulheres, Gêneros e Diversidade (Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad), sob o comando de Elizabeth Gomes Alcorta, é um dos pontos destas incongruências.

Durante o governo Macri, as questões de gênero não foram legitimadas em uma pasta ministerial. A despeito disso, nos anos de mandato do político do PRO, a Argentina foi território de amplos protestos de mulheres, que ganharam escala transnacional com o movimento Ni Una Menos, contra a violência à mulher, e a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito

⁶ Disponível em: <https://www.infobae.com/sociedad/2019/12/06/lejos-de-la-paridad-alberto-fernandez-anuncio-su-gabinete-hay-17-ministros-hombres-y-solo-4-ministras-mujeres/> (acesso em 9 de janeiro de 2020).

⁵ Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/239737-felipe-sola-ratifico-la-legitima-e-imprescriptible-soberania> (acesso em 09/01/2020).

(Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito, CNDALSG). O macrismo chegou a apoiar a abertura da deliberação sobre direitos reprodutivos no congresso e anunciou propostas de combate ao feminicídio, mas terminou a gestão com um marco negativo para cada uma das demandas: vetou a promulgação de uma atualização ao protocolo nacional de abortos⁷ e testemunhou a elevação dos índices de assassinatos de mulheres por sua condição de gênero, que esteve aliada à contenção de gastos com políticas públicas para o problema⁸.

O aborto, no entanto, trouxe uma das primeiras rupturas entre os modos de governar de Macri e Fernández: assim que assumiu o ministério da Saúde, Ginés González García levou à frente o protocolo para a Interrupção Legal da Gravidez (Interrupción Legal del Embarazo, IVE) que havia sido barrado por Macri ao final do seu mandato. Na gestão do político do PRO, a saúde era objeto de uma secretaria sob a responsabilidade de Adolfo Rubinstein, figura que renunciou após a tentativa malsucedida de efetivar o protocolo ainda na era macrista. As posições de Fernández e García, por seu turno, são bem claras em demarcar o aborto como uma questão de saúde pública e direito das mulheres, inclusive, esboçando o desejo de reconduzir um novo projeto de legalização a escrutínio no Legislativo⁹.

É importante pensar a questão do aborto a partir de uma conjuntura: em março de 2018, ainda durante o macrismo, a CNDALSG apresentou pela sétima vez o projeto de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE)¹⁰, que chegou a ser aprovado entre os deputados (129 votos a favor, 125 votos contrários e uma abstenção), mas foi recusado em uma disputada votação no Senado (38 contrários, 31 favoráveis, duas abstenções e uma ausência). Na época, além das ruas terem sido tomadas pela “maré verde”, expressão usada para cunhar os protestos massivos a favor da legalização que tinham um pano verde como símbolo da campanha,

7 Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/232261-macri-revocara-el-protocolo-de-aborto-no-punible> (acesso em 9 de janeiro de 2020).

8 Disponível em: <https://www.filo.news/genero/Un-2019-para-el-olvido-327-mujeres-asesinadas-y-un-triste-record-de-femicidios--20200103-0023.html> (acesso em 09/01/2020).

9 Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/el-gobierno-activa-el-protocolo-para-los-abortos-legales-nid2315361> (acesso em 9 de janeiro de 2020).

10 Disponível em: <http://www.abortolegal.com.ar/proyecto-de-ley-presentado-por-la-campana/> (acesso em 9 de janeiro de 2020).

uma pesquisa de opinião realizada pela UBA mostrou que 62% dos argentinos e argentinas eram favoráveis à despenalização¹¹.

As declarações de Fernández e García possuem, portanto, algum grau significativo de respaldo na sociedade argentina. No país, desde o Código Penal de 1921, o aborto é permitido nas ocasiões em que a gravidez ponha em risco a vida da mulher ou que seja fruto de estupro. O exercício deste direito, não obstante, nem sempre é alcançado, e varia de acordo com diretrizes adotadas nas diferentes províncias nacionais. O protocolo instituído no começo da gestão Fernández/Kirchner procura delimitar marcos legais que garantam o acesso ao aborto nos termos da legislação vigente.

García é um dos ministros mais experientes do novo governo e foi responsável pela pasta de saúde de outros presidentes, como Eduardo Duhalde (2002-2003) e - ao lado de Fernández, que era chefe de Gabinete - Néstor Kirchner (2003-2007). A eleição de Cristina Kirchner lhe rendeu a mudança de função e a indicação para ser ministro no Chile, cargo que exerceu até 2015. Gínes é também professor e, em 2019, recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Faculdade de Medicina da UBA, laureado pelo comprometimento na promoção da saúde pública¹².

Ainda que a pauta do aborto seja cara às lutas feministas, Alcorta, ministra encarregada pela pasta da área, afirma que um dos pontos centrais da sua atuação vai consistir em tornar a perspectiva de gênero transversal a todos os ministérios e fortalecer o federalismo. Este argumento é um dos mais promissores do governo que está começando, pois tenta deslocar a atenção às desigualdades de uma esfera segregada e particularista a uma preocupação coletiva e territorialmente abrangente¹³. O primeiro movimento nesse sentido foi realizado no dia 10 de janeiro de 2020, quando Alcorta, junto à socióloga Dora Barrancos, que é sua assessora, promoveu uma capacitação em políticas de gênero para a totalidade do gabinete de Fernández¹⁴.

11 Disponível em: <http://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2018/07/Encuesta-aborto-CO-PES-FSOC-UBA-Junio-2018-.pdf> (acesso em 9 de janeiro de 2020).

12 Disponível em: <http://www.uba.ar/noticia/19705> (acesso em 9 de janeiro de 2020).

13 Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/236597-las-pautas-que-guiaran-la-gestion-de-elizabeth-gomez-alcorta> (acesso em 9 de janeiro de 2020).

14 A iniciativa ocorreu no âmbito da Lei Micaela (n.27.499/18). Ver: <https://www.pagina12.com.ar/241160-genero-y-violencia-contra-las-mujeres-la>



A estrutura do Ministério de Mulheres, Gêneros e Diversidade está dividida em duas secretarias que enfocam a promoção da igualdade, conduzida por Cecilia Merchán, e o combate à violência por razões de gênero, a cargo de Josefina Kelly Neira. A proximidade da pasta com movimentos sociais atravessa a trajetória de inúmeras de suas integrantes, mas é simbólica no trabalho de Alcorta, que além de exercer a docência há mais de duas décadas na Faculdade de Direito da UBA, atuou na defesa de Milagro Sala e da liderança mapuche Moira Millán. A ministra é ativista da causa indígena, sendo parte da Associação de Advogados de Direitos Indígenas (Asociación de Abogados de Derechos Indígenas) e da Rede Mario Bosch, que reúne advogados mobilizados em causas humanitárias.

Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia

Os ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia & Inovação e da Cultura, embora não figurem entre os mais prestigiosos, assumem papel central na transição de governo. A mudança do estatuto das duas últimas pastas salta aos olhos: destes ministérios, apenas o de Educação se manteve com o status de ministério ao longo do governo Macri; os outros dois foram rebaixados à condição de secretaria e vinculados à Educação, retomando agora sua condição original.

A indicação de Nicolás Trotta (PJ) para o Ministério da Educação (Ministerio de Educación) aponta para possíveis mudanças na condução da política educacional do país, mesmo que o novo ministro tenha se posicionado de forma cautelosa com relação às críticas ao seu antecessor e ainda não tenha dado respostas claras sobre as fontes de financiamento, um dos pontos críticos do país que vem de uma grave crise econômica. Trotta é advogado, jornalista, professor universitário e protagoniza o programa de televisão “Latinoamérica Piensa”, em que entrevista personagens de destaque no campo político progressista, dentre eles Lula e Mujica.

Pouco depois de completar trinta anos de idade, Trotta chegou a ocupar, entre 2007 e 2009, o cargo de Subsecretário de Tecnologias de Gestão no governo de Cristina Kirchner. Foi reitor da Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo (UMET), fundada em 2013 a partir de uma coligação

de sindicatos, dentre os quais o Sindicato Único de Trabajadores de Edificios de Renta y Propiedad Horizontal (Suterh). O Suterh é um dos sindicatos mais fortes do país, central na construção de coalizões políticas e proprietário do grupo Editorial Octubre, à frente de um dos jornais de esquerda com maior repercussão nacional, o Página 12.

Trotta substituiu Alejandro Finocchiaro, advogado e professor universitário com passagens pela UBA e pela Universidad Nacional de la Matanza. A gestão de Finocchiaro foi marcada por embates com organizações sindicais, dentre elas a Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA). Algumas atitudes, como a diminuição nos investimentos na educação, o corte no programa Nuestra Escuela - que estimulava a formação de docentes em nível de pós-graduação -, além do anúncio de que iria deixar de cumprir, via decreto, a lei de paridade que igualava os salários docentes nas diferentes províncias do país, atraíram para si uma série de críticas ao longo da sua administração.

No ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação (Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación), o nome indicado foi o de Roberto Salvarezza, da coligação Frente de Todos, mesma de Fernández e Kirchner. Bioquímico com formação de graduação e pós-graduação pela UBA, Salvarezza ganhou destaque na carreira com pesquisas voltadas para a área de nanotecnologia. Em 2012 foi designado pelo então ministro da Ciência, Lino Barañao, como presidente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) - órgão nacional de financiamento de pesquisas -, de onde renunciou em 2015 por discordar do governo Macri.

Em 2016, Salvarezza foi designado diretor do Conicet na área de Ciências Exatas e Naturais, mas, de forma inédita, teve a indicação rejeitada pelo governo. Foi eleito deputado federal em 2017, concorrendo pela tendência Unidade Ciudadã (Unidad Ciudadana), a mesma de Cristina Kirchner. Embora ainda seja cedo para se fazer alguma avaliação, é notório que o discurso do novo ministro se distancia do anterior, Lino Barañao, comprometendo-se, por exemplo, com o aumento das bolsas de pesquisa e a regularização de direitos trabalhistas dos pesquisadores e pesquisadoras.

Atitudes pregressas do atual ministro, entretanto, fazem pairar dúvidas quanto às prioridades da atual gestão. Um caso

controverso envolvendo Salvarezza esteve relacionado ao pesquisador do Conicet Andrés Carrasco, que publicou estudos com advertências sobre o uso do pesticida glifosato - produzido pela multinacional Monsanto - na produção agrícola. Carrasco posteriormente teve sua promoção negada pelo Conicet quando Salvarezza era presidente do órgão, levantando suspeitas de que tenha sido uma forma de retaliação por contrariar interesses da empresa no país¹⁵.

Dentre esses três ministérios, o da Cultura é, de toda forma, o que provoca maior dissenso. A indicação de Tristán Bauer tem sido compreendida como parte da cota de Cristina Kirchner na composição ministerial. Bauer é cineasta e criou canais de televisão como o Encuentro, ligado ao Ministério da Cultura e a TV Pública. Foi diretor do Sistema Nacional de Medios Públicos (2008-2013) e propôs em 2009 o decreto 943/09 que autoriza a Radio y Televisión Argentina (RTA) a instalar e operar um sistema de televisão por satélite em todo o país (satélite ARTSAT). Trate-se da abertura a canais de cultura, educação e informação acessíveis com a compra de uma antena parabólica (que custa cerca de 15 dólares).

A jornalista brasileira especializada em pautas internacionais, Silvyia Colombo, em coluna na Folha de São Paulo no dia 11 de dezembro de 2019, classificou Bauer como um “kirshnerista extremamente engajado e militante”¹⁶. Destacou o fato de a TV Pública ter, segunda ela, virado um instrumento de propaganda do governo sob a sua atuação e de Bauer estar finalizando o filme “Tierra Arrasada”, sobre o que o diretor considera os erros do governo Macri. A interpretação proposta pela jornalista brasileira deixa claro o sinal lançado pelo atual governo ao escolher um nome tão marcadamente kirchnerista para o Ministério da Cultura, em substituição ao ministro do governo Macri, Pablo Avelluto. Pablo Avelluto já era figura conhecida dos meios culturais argentinos quando foi designado por Macri como ministro. Com uma longa trajetória no mercado editorial, se destacou como diretor da filial local do grupo editorial Randon House-Sudamericana,

maior player do país. Entre os anos de 2005 e 2012 protagonizou mudanças significativas no mercado editorial portenho, tendo como destaque a publicação de best-sellers críticos aos governos kirchneristas e às políticas voltadas para os direitos humanos, incluindo livros com proposições heterodoxas com relação à interpretação do período autoritário no país nos anos 1970 (SAFERSTEIN, 2017). As relações que estabeleceu como diretor editorial, tendo sido vice-presidente da Cámara Argentina de Publicaciones, o fizeram vincular-se ao PRO, partido de Mauricio Macri, e ser escolhido coordenador do Sistema de Medios Públicos do governo da Cidade de Buenos Aires em 2014.

As atuações distintas e, por vezes, antagônicas em termos de alinhamentos políticos, de Pablo Avelluto e Tristán Bauer, dão conta da ruptura que esse novo governo promete promover. Em entrevista ao jornal Página 12, Bauer afirmou: “O nosso é um modelo cultural que não tem nada a ver com a meritocracia, [é] um modelo que defende a democracia, a solidariedade, a diversidade cultural e a proximidade à América Latina. Muito distante do modelo cultural que se quis implementar a partir deste mesmo lugar [no antigo Ministério da Cultura]”¹⁷.

Considerações finais

O pouco tempo percorrido entre o fim do governo de Mauricio Macri e a atual gestão de Alberto Fernández impossibilita a realização de análises mais delimitadas em execução de políticas públicas e suas consequências para a sociedade, mas a formação ministerial, os perfis escolhidos para os cargos de liderança e os contrastes com o governo anterior permitem compreender as possibilidades que estão em jogo na alternância de poder na Argentina.

Fora as pastas mencionadas, o gabinete da nova gestão é formado por Eduardo de Pedro (Ministerio del Interior), Agustín Rossi (Ministerio de Defensa), Luis Bastera (Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca), Mario Meoni (Ministerio de Transporte), Gabriel Katopodis (Ministerio de Obras Públicas), Marcela Losardo (Ministerio de Justicia y Derechos Humanos), Sabina Federic (Ministerio de Seguridad), Daniel Arroyo (Ministerio de Desarrollo Social), Claudio Moroni, (Ministerio de Trabajo,

¹⁷ Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/237354-tristan-bauer-todo-lo-que-es-cultura-es-ganancia-para-la-soc?fbclid=IwAR2mWLM7_JEm-Bw14y819R6_pcciiW_PmGtPaiTHzo4c42z3T_wUQnvr-C5XFU (acesso em 9 de janeiro de 2020).

¹⁵ Disponível em: https://www.laizquierdadiario.com/Ciencia-y-Tecnica-en-el-post-macrismo-De-donde-venimos-y-a-hacia-donde-vamos?fbclid=IwAR3qmc-2952tBt9tqiYX6v3_CTVVXDF4YG96qLuT2HkXFP-Qytq9bRmUiPUcM (acesso em 9 de janeiro de 2020).

¹⁶ Disponível em: <https://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2019/12/11/apesar-do-discurso-conciliatorio-ministerio-da-cultura-vai-para-um-militante/> (acesso em 9 de janeiro de 2020).



Empleo y Seguridad Social), Juan Cabandié (Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible), Matías Lammens (Ministerio de Turismo y Deportes) e María Eugenia Bielsa (Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat).

Referências

CAMINOTTI, Mariana. (2013). “La representación política de las mujeres en el período democrático”. Revista SAAP, v.7, n.2, p.329-337.

DEL COGLIANO, Natalia. DEGIUSTTI, Danilo. (2018). “La nueva ley de paridad de género en Argentina: antecedentes y desafíos”. Observatorio Político Electoral – Documento de Trabajo, n.1.

DOMINGUES, José Maurício. (2013). “Imaginário e política na modernidade: a trajetória do peronismo”. Cadernos de trabalho NETSAL. v.1, n.2, p.1-23.

SAFERSTEIN, Ezequiel. (2017). “La edición como intervención cultural, comercial y política: best-sellers políticos del director de Random House-Sudamericana en el kirchnerismo”. MILLCAYAC - Revista Digital de Ciencias Sociales, v. IV, n. 7, p. 141–164.



Monitor Eleitoral

A derrota eleitoral da Frente Ampla após 15 anos de governo no Uruguai

André Pimentel Ferreira Leão¹
Pesquisador do OPISA

Introdução

O ano de 2019 marcou uma alteração significativa na política uruguaia. A Frente Ampla, coalizão formada por partidos de esquerda, sofreu a primeira derrota nas eleições presidenciais após haver vencido três pleitos consecutivos (2004, 2009 e 2014). Os mandatos foram exercidos, respectivamente, por Tabaré Vázquez, José Mujica e novamente Vázquez. O candidato da Frente Ampla foi Daniel Martínez, ex-prefeito de Montevideu. Seu concorrente no segundo turno foi Luis Lacalle Pou, representando o Partido Nacional, que se saiu vencedor, marcando o seu retorno ao poder para março de 2020, após um hiato de 25 anos.

Há três fatores que explicam a derrota eleitoral da Frente Ampla. O primeiro consistiu em uma mudança importante na conjuntura política, fruto da crise institucional entre o Poder Executivo e o Exército uruguaio, que teve seu auge em abril de 2019. Ela resultou na queda do então comandante-em-chefe da instituição, Guido Manini Rios, que havia formado um novo partido (Cabildo Abierto) e lançou sua candidatura à presidência, alterando o jogo de forças políticas. O segundo foi o processo de desgaste sofrido pela coalizão, sobretudo devido à piora dos índices de desempenho econômico do país e ao aumento dos índices de criminalidade. E o terceiro foi a formação de uma aliança dos partidos de oposição no segundo turno das eleições. O apoio a Lacalle Pou dos partidos que tiveram bom desempenho na votação – Partido Colorado e Cabildo Abierto – foi decisivo para ultrapassar Martínez, que havia vencido o primeiro turno com boa margem em relação ao candidato do Partido Nacional.

Período pré-eleitoral e a realização das eleições primárias

A principal novidade no quadro eleitoral foi a formação do Cabildo Abierto

e o anúncio da candidatura de Manini Rios. Sua destituição do cargo no Exército pelo presidente Vázquez ocorreu depois que o oficial fez críticas à reforma das pensões militares pretendida pelo governo². Além dessa reforma, a administração de Vázquez havia avançado na proposta de criação de uma nova lei militar, que acabou sendo aprovada e revogou a legislação atual, adotada durante a ditadura militar. Manini Rios considerou inadequado promover a reforma da lei em um ano de eleições e criticou a política de segurança pública do governo, tema tido como prioritário na sua agenda de campanha.

Outra novidade no cenário eleitoral foi a presença de um empresário considerado novato na política uruguaia, Juan Sartori, membro do Partido Nacional e concorrente nas eleições primárias, que ocorreram no dia 30 de junho e definiram os candidatos de cada partido à presidência. Com exceção do Cabildo Abierto, que já havia definido Manini Rios como candidato, os outros principais partidos tiveram eleições internas competitivas. Sartori, considerado um “outsider”, teve um crescimento expressivo nas intenções de voto, exercendo um impacto significativo nas primárias de seu partido. O exemplo mais claro de tal impacto foi o elevado percentual de participação de votantes no Partido Nacional nas eleições primárias. Segundo dados divulgados pela imprensa uruguaia, o partido foi o que contou com a maior participação de eleitores (aproximadamente 45% do total), resultado das fortes disputas internas entre os pré-candidatos³. Em seguida, os mais votados foram a Frente Ampla (27%), o Partido Colorado (17%), e o Cabildo Abierto (4%).

A escolha do candidato do Partido Nacional foi cercada de polêmicas relacionadas a Sartori. De acordo com a imprensa uruguaia, os demais pré-candidatos daquele partido teriam realizado um acordo verbal para neutralizar sua campanha e impedir seu crescimento⁴. Entretanto, os pré-candidatos negaram essa informação. O principal motivo do incômodo com a pré-candidatura de Sartori foram suas estratégias de campanha, que incluíram a contratação de um assessor² Ver Conjuntura Latitude Sul N.4, Abril/2019. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/05/Conjuntura_LATSUL_abril_2019-1.pdf (acesso em: 02/01/2020).

³ Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/que-pasa/escenario-incierto-anos-elecciones-internas.html> (acesso em 25/06/2019)

⁴ Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/blancos-cierran-filas-ignorar-juan-sartori.html> (acesso em 13/06/2019)

¹ Doutorando em Ciência Política no IESP/UERJ.



venezuelano⁵ conhecido por utilizar práticas desleais, como a divulgação de notícias falsas, e a mobilização de voluntários remunerados para identificar o perfil dos eleitores e convencê-los a votar no empresário, bem como o pagamento de alugueis de carros e de combustível para transportar os eleitores até os locais de votação.

Apesar da grande exposição inicial, Sartori não manteve um crescimento constante e terminou com 20,68% da votação interna do Partido Nacional, em segundo lugar, abaixo do que as pesquisas de intenção de voto indicavam. Além de Sartori, os demais pré-candidatos foram Luis Lacalle Pou, que venceu com 53,76%; o senador Jorge Larrañaga, que teve 17,5%; Enrique Antia, que atingiu 7,51%; e Carlos Iafigliola, que contabilizou apenas 0,37%. Na Frente Ampla, o cenário foi um pouco mais disputado. Daniel Martínez venceu com 41,95% dos votos, seguido de Carolina Cosse, com 25,49%; Óscar Andrade, com 23,05%; e Mario Bergara, com 9,28%. No Partido Colorado, Ernesto Talvi ganhou com 53,72%; em segundo lugar, ficou o ex-presidente do Uruguai, Julio María Sanguinetti, com 32,75% dos votos; e na última colocação esteve José Amorín Batlle, que alcançou 13,26%. Dessa forma, Lacalle Pou, Martínez, Talvi e Manini Ríos venceram as eleições internas⁶ dos seus respectivos partidos.

Primeiro turno das eleições presidenciais: a definição da disputa entre Frente Ampla e Partido Nacional

Em 27 de outubro, ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais do Uruguai⁷ e, na mesma data, a realização de um plebiscito sobre a reforma constitucional do sistema de segurança pública, proposto pelo senador Larrañaga⁸. Dentre as principais medidas, previa-se a criação de uma Guarda Nacional com a presença de 2 mil militares.

5 Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/sartori-admitio-que-contrato-a-asesor-en-campana-sucia-es-el-mas-indicado-para-defender-me-20196139118> (acesso em 13/06/2020).

6 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/martinez-pou-e-talvi-disputara-o-eleicao-presidencial-no-uruguai.shtml> (acesso em 30/06/2019).

7 Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/todos-los-resultados-en-vivo-votos-por-partido-las-internas-y-el-nuevo-parlamento-20191027172438> (acesso em 28/10/2019).

8 Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/vivir-miedo-encamina-fracasar-acuerdo-datos-preliminares.html> (acesso em 28/10/2019).

Com 53,3% de votos contrários, o plebiscito foi rejeitado pela população uruguaia. O aspecto mais relevante desse resultado é o contraste existente entre o perfil dos eleitores do interior do Uruguai e daqueles da capital, Montevideu. No interior, o plebiscito teve mais apoio do que na capital. No âmbito partidário, houve grande adesão dos eleitores do Partido Nacional, do Cabildo Abierto e do Partido Colorado, enquanto a grande maioria dos partidários da Frente Ampla rechaçaram o projeto de reforma da segurança pública.

No primeiro turno das eleições, o candidato Martínez venceu com 39,2% dos votos válidos, disputando o segundo turno com Lacalle Pou, segundo colocado nas eleições com 28,6% da preferência dos eleitores. Talvi e Manini Ríos ficaram, respectivamente, em terceiro e quarto lugar, com 12,3% e 10,9%⁹.

A grande novidade do primeiro turno das eleições foi o desempenho do Cabildo Abierto, que conquistou algumas cadeiras no Parlamento¹⁰. Foram três no Senado e 11 na Câmara dos Deputados. Por outro lado, a Frente Ampla amargou uma queda de desempenho em relação às eleições presidenciais de 2014, quando conquistou aproximadamente 48% dos votos no primeiro turno¹¹. No Parlamento, o partido governista também deixou de ter maioria parlamentar, já que perdeu oito cadeiras na Câmara dos Deputados, passando de 50 para 42, e duas cadeiras no Senado, caindo de 15 para 13. O Partido Nacional e o Partido Colorado conquistaram, respectivamente, 10 e quatro assentos no Senado e 30 e 13 na Câmara.

A maior dificuldade imposta à campanha de Martínez para o segundo turno foi o anúncio de apoio a Lacalle Pou por Talvi e Manini Ríos, o que colocou em xeque a manutenção do mandato presidencial da Frente Ampla depois de 15 anos. Manini Ríos¹² destacou que os programas do Cabildo Abierto e do Partido Nacional tinham muitos pontos em comum e que três temas eram prioritários para o seu partido:

9 Ver Conjuntura Latitud Sul N.10, Outubro/2019. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/11/ConjunturaLATSUL_outubro_2019.pdf (acesso em 02/01/2020).

10 Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/asi-quedara-conformado-el-proximo-parlamento-20191027231153> (acesso em 28/10/2019).

11 Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/10/27/actualidad/1572189682_994403.html (acesso em 28/10/2019).

12 Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/manini-rios-anuncio-su-apoyo-a-lacalle-pou-en-segunda-vuelta-20191027215250> (acesso em 28/10/2019).

enfrentamento da corrupção, medidas para fomentar o setor produtivo e para combater a onda de insegurança. Ele ainda salientou que esperava que o partido tivesse um papel de articulador no governo de Lacalle Pou e se disse disposto a dialogar com Talvi. O candidato do Partido Colorado¹³ também seguiu a linha de Manini Rios, afirmando que possuía mais pontos de convergência do que diferenças com Lacalle Pou. Outra questão importante para as negociações de apoio foram temas do programa do partido considerados fundamentais: educação, direitos sociais e meio-ambiente.

Segundo turno das eleições presidenciais: diferenças programáticas e vitória do Partido Nacional

As diferenças dos programas de governo¹⁴ a Frente Ampla e do Partido Nacional manifestaram-se em alguns temas sensíveis, tais como: i) gestão do Estado; ii) segurança; iii) economia; iv) política externa. De modo geral, em relação ao primeiro tema, a Frente Ampla defendeu maior transparência das ações do governo na relação com a sociedade, enquanto o Partido Nacional priorizou o enxugamento da máquina estatal, por meio da simplificação da estrutura do funcionalismo público. No que concerne ao segundo tema, a Frente Ampla focalizou as ações de prevenção da violência, com a proposta de criação de programas integrados e atuantes majoritariamente em bairros. Já o Partido Nacional defendeu ações mais frontais de combate e controle da violência, elegendo a segurança pública como um tema de emergência nacional. Sobre o terceiro tema, a Frente Ampla teve como foco o desenvolvimento de uma política econômica social e solidária, ao passo que o Partido Nacional definiu como eixo de atuação a política fiscal, buscando controlar gastos públicos. Por fim, no que diz respeito à política externa, a Frente Ampla prometeu criar uma estratégia comercial de desenvolvimento que tivesse como objetivo o fortalecimento do Mercosul, o comprometimento com os objetivos de desenvolvimento sustentáveis e uma reformulação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Já o Partido Nacional sinalizou uma aproximação à

13 Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/humo-blanco-coalicion-lacalle-pou-sella-acuerdo-partido-colorado.html> (acesso em 31/10/2019).

14 Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/compara-programas-candidatos-elecciones.html> (acesso em 28/10/2019).

Aliança do Pacífico, elegeu a OEA e o Grupo de Lima como instâncias mais adequadas para a defesa da democracia e dos direitos humanos e, no âmbito doméstico, anunciou a reestruturação da formulação da política externa, centralizando tal atividade no Poder Executivo e delegando ao Poder Legislativo a função de mero ente de ratificação das decisões.

Em 24 de novembro, ocorreu o segundo turno das eleições presidenciais, disputado entre Lacalle Pou, e Martínez. Com a quase totalidade de votos apurados, Lacalle Pou obteve 48,7% dos votos válidos contra 47,5% de Martínez¹⁵. A pequena margem de diferença representou a eleição mais disputada dos últimos 20 anos e ilustrou uma divisão muito clara entre dois programas de governo.

Os resultados finais¹⁶ só foram oficializados pela Corte Eleitoral do Uruguai seis dias após a realização das eleições, no dia 30 de novembro. Lacalle Pou venceu o pleito com um total de 48,8% dos votos, enquanto Martínez teve 47,3%. O atraso na divulgação da contagem final ocorreu devido à pequena margem de diferença que separava os candidatos, em torno de 30 mil votos, e à necessidade de apurar os chamados votos observados¹⁷, que correspondem aos eleitores que votaram fora de sua zona eleitoral e àqueles que tiveram problemas de identificação no momento de votar. Como os votos observados totalizavam aproximadamente 35 mil, havia ainda a possibilidade de Martínez sair vencedor, mas ele precisaria conquistar 91% desse montante. Contudo, no dia 28 de novembro, após a contagem parcial desses votos, confirmou-se a vitória de Lacalle Pou, que assume a presidência em 1º de março de 2020.

Assim que eleito, o novo presidente deu início à formação de seu gabinete ministerial, que foi apresentado em 16 de dezembro. Lacalle Pou prometeu uma gestão orientada para a ação¹⁸. O novo presidente negociou durante mais de um mês com os apoiadores de sua

15 Ver Conjuntura Latitude Sul N.11, Novembro/2019. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/12/ConjunturaLATSUL_novembro_2019.pdf (acesso em 02/01/2020).

16 Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/elecciones-resultado-balotaje-analisis-todos-datos-escrutinio.html> (acesso em 30/11/2019).

17 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/como-funciona-a-recontagem-de-votos-observados-no-uruguai.shtml> (acesso em 30/11/2019)..

18 Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,lacalle-pou-anuncia-gabinete-e-promete-governo-focado-em-acao,70003127656> (acesso em 20/12/2019).



campanha para formar um gabinete. A equipe que o acompanhará é formada por membros de quase todos os partidos que compõem a coalizão que o levou ao poder, chamada de “multicolorida”¹⁹. De um total de 43 cargos – ministros, secretários e subsecretários – 26 serão preenchidos por políticos ligadas ao Partido Blanco, seis do Partido Colorado e seis do partido Cabildo Abierto. Entre os ministros que integram a nova equipe estão o ex-candidato do Partido Colorado, Talvi, que chefiará a pasta das Relações Exteriores; a senadora Irene Moreira, do partido Cabildo Abierto, que será ministra da Habitação; e o senador Larrañaga, que será ministro do interior.

19 Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/gabinete-lacalle-pou-son-ministros-gobierno-coalicion.html> (acesso em 30/11/2019).



Eleições, instabilidade e golpe na Bolívia: breve análise do mês que acelerou a crise política do país

Marília Closs¹

Pesquisadora do OPSA

O período entre 20 de outubro e 20 de novembro de 2019 mudou de forma considerável o cenário político do Estado plurinacional da Bolívia. As eleições presidenciais, que ocorreram em outubro, foram marcadas por grandes instabilidades, manifestações, acusações de fraude e, após o desenrolar da conjuntura, pela renúncia do então presidente Evo Morales Ayma, de seu vice-presidente e de diversos ministros. A partir de então, a crise e a polarização no país, que já se estendiam desde 2016, se aceleraram e se agravaram de forma significativa. Depois da renúncia de Morales, logo após a pressão dissuasória de setores sociais diversos, o que deu traços de golpe à conjuntura, um novo governo assumiu a institucionalidade boliviana, com orientação política radicalmente distinta do anterior e em meio a manobras institucionais controversas. O governo provisório, sob liderança da então senadora Jeanine Añez, já reconfigurou todo aparato estatal boliviano e marcou novas eleições para maio de 2020. Este artigo tem como objetivo relatar brevemente este processo com seus principais atores e forças envolvidos.

O que estava em disputa? Antecedentes e principais matrizes políticas

As eleições de 2019 foram o ponto-chave que desencadeou a crise na Bolívia porque, entre diversos outros aspectos, estavam em disputa projetos radicalmente diferentes. De um lado, uma vertente política ligada ao neoliberalismo, com estreitas ligações com a elite política que governou o país na década de 1990, representada principalmente por Carlos Mesa, ex-presidente do país e candidato pela coligação política Comunidad Ciudadana (CC), mas também por Óscar Ortiz, pela coligação Bolivia Dice No, e Chi Hyung Chung, pelo Partido Democrata Cristão, ainda que este tenha uma agenda mais conservadora nos costumes – além de

outros candidatos de menor expressão. Do outro lado, Evo Morales e o Movimiento al Socialismo (MAS), seu partido, buscavam a manutenção de seu projeto, que chegou à institucionalidade boliviana em 2006, mas se consolidou definitivamente com a aprovação da Constituição Política do Estado (CPE) em 2009. O MAS nasceu nos ciclos de protestos contra as privatizações da água e do gás entre o final da década de 1990 e o início da década de 2000, conformado por variados movimentos e sindicatos, mas sobretudo com um caráter campesino, muitas vezes *cocalero*². Pela sua multiplicidade o MAS é chamado de partido-movimento, coalizão/constelação de movimentos ou mesmo como um instrumento.

Duas são as principais transformações que a Constituição propôs: 1) a plurinacionalidade, a partir do reconhecimento das nações de população originária e camponesa - a Bolívia deixa de ser uma república e passa a ser um Estado plurinacional; 2) a relação com os recursos naturais - que se tornam estatizados, além de identificados com deidades de populações originárias, como a pachamama - e com a propriedade privada - que passam a ser atravessadas por noções de administração coletiva (CLOSS, 2019, s/p).

Assim, o MAS chega ao poder com um projeto baseado numa nova relação com a propriedade privada, com a população originária e com os recursos naturais. Durante seus governos, pode-se observar avanços significativos, sobretudo com relação a inclusão social, redução da pobreza e da fome e nacionalização da economia. Isto não significou, no entanto, que não tenham ocorrido contradições: sobretudo no último governo de Evo Morales, mas também nos anteriores, as relações com diversos setores sociais e movimentos populares - como com movimentos feministas, com algumas nações de população originária e com movimentos ambientalistas - foram ficando paulatinamente mais tensas. Agendas como a adoção de uma política econômica cada vez mais desenvolvimentista, tensões com algumas nações indígenas e movimentos ambientalistas - com o notório caso do

¹ Doutoranda em Ciência Política no IESP/UERJ. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² O termo faz referência ao produtor de coca.



TIPNIS³ e os incêndios na Chiquitania⁴ – e o tema da repostulação de Morales fez com que as contradições do projeto do MAS estivessem cada vez mais expostas à opinião pública e à sociedade civil boliviana.

Conjuntura política de 2019: o que desencadeou a crise?

No dia das eleições, a possibilidade de um segundo turno estava em aberto – era o que apontavam as pesquisas, já que, de acordo com a legislação eleitoral, se o candidato mais votado obtém mais de 45% dos votos e está dez pontos percentuais à frente do segundo colocado, ocorre o segundo turno. No dia 20, depois do fechamento das urnas, a apuração dos votos se deu de forma controversa. No entanto, o sistema de contagem rápida, coordenado pela Transmisión de Resultados Electorales Preliminares (TREP), foi interrompido em torno das 20h, quando apenas cerca de 80% dos votos estavam apurados. Até então, o resultado indicava a possibilidade de um segundo turno entre Morales e Mesa. A apuração somente foi retomada na tarde do dia seguinte, com a declaração de vitória, no primeiro turno, do candidato do MAS sobre o opositor. A missão de observadores da OEA declarou que a interrupção da contagem dos votos era de “difícil justificativa” e convocou reunião extra-oficial para discutir o assunto. No dia 25, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o resultado oficial: Morales obteve 47,08% dos votos, seguido por Carlos Mesa, com 36,51% e por Chi Hyung Chung, com 8,78%. Com uma plataforma conservadora, Chi foi a maior surpresa da eleição, uma vez que cresceu

3 Território Indígena Parque Nacional Isidoro Secure (TIPNIS). Em 2011, Morales avançou com uma proposta de construção de uma estrada que passaria por dentro do TIPNIS – fato que gerou uma grande onda de protestos, capitaneado pela Confederación de Pueblos Indígenas de Bolívia (CIDOB). Após os protestos, foi aprovada uma lei que previa a inviolabilidade do TIPNIS e, portanto, congelava por ora a construção da estrada. No entanto, as tensões se mantiveram. Em agosto de 2017, Evo revogou a lei de intangibilidade sobre o TIPNIS, aprovada em 2011, para a construção de pontes e estradas com o objetivo de ligar os departamentos de Cochabamba e Beni. Os protestos, marchas e bloqueios reiniciaram no mesmo mês, envolvendo setores indígenas, ambientalistas, a Igreja Católica e líderes da oposição.

4 Região no departamento de Santa Cruz onde, em 2019, ocorreram graves incêndios; o governo de Morales demorou para agir na contenção dos fogos. Ver NICODEMOS, Ghaio; CLOSS, Marília. Incêndios na Amazônia: uma comparação das posições e dos conflitos no Brasil e na Bolívia. Boletim OPSA, n.3, 2019.

substancialmente no mês que antecedeu ao pleito. Carlos Mesa não reconheceu o resultado, a oposição acusou o processo de fraude eleitoral e tomou as ruas das principais cidades do país em ações coletivas que, muitas vezes, chegaram a atos mais violentos. O governo de Morales, por sua vez, declarou que sua vitória foi legítima e que a postura da oposição era golpista e, em resposta, setores e movimentos sociais em defesa de Morales também organizaram manifestações e atos pelo país. Frente a um processo eleitoral com problemas de reconhecimento interna e internacionalmente, a OEA iniciou dia 31 uma auditoria, com caráter vinculante, do pleito⁵.

A compreensão da conjuntura na Bolívia, no entanto, passa por observar o cenário de polarização que se estende desde fevereiro de 2016: no dia 21, o governo de Evo Morales promoveu um plebiscito geral no país perguntando sobre sua presença como candidato em mais um pleito presidencial; afinal, seria seu quarto mandato consecutivo – o segundo depois da aprovação da Constituição Política do Estado (CPE) em 2009, que só permite uma reeleição. Em um placar apertado, Evo não conseguiu vitória. Pouco mais de 51% da população votou contrariamente à possibilidade de uma nova reeleição. Evo e o MAS questionaram o resultado do plebiscito em função do caso Zapata⁶ e recorreram. Em setembro de 2018, o Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) aceitou o recurso do MAS que requer a alteração de três artigos constitucionais para que torne possível a nova postulação de Evo à presidência. Com isso, o MAS inscreveu sua chapa com Evo Morales e Álvaro García Linera, então vice-presidente, para concorrer ao pleito de 2019.

A partir de então, se intensificou e, de certo modo, se unificou a oposição a Evo Morales. Nas ruas, manifestações e protestos à esquerda e à direita do MAS passaram a exigir que o governo respeitasse o resultado do plebiscito. Movimentos como o 21F, em referência à data do plebiscito, o Comitê Nacional pela Democracia (Conade) e o movimento Bolivia Dice No (“Bolívia diz não”, em espanhol) ganharam protagonismos nos ciclos de protestos. No entanto, movimentos

5 Ver edição de outubro de 2019 do Conjuntura Lati-tude Sul. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/11/ConjunturaLATSUL_outubro_2019.pdf (acesso em 01/02/2020).

6 Caso Zapata foi um escândalo envolvendo um suposto filho não-assumido de Evo Morales que estourou alguns dias antes do plebiscito de 2016.



de origem popular, sindical e de população originária também passaram a protestar e ocupar espaços públicos contra uma nova postulação de Evo à presidência.

Institucionalmente, alguns dos maiores nomes da oposição a Evo, como os ex-presidentes Carlos Mesa, Jorge Tutu Quiroga e Victor Hugo Cárdenas, Rubén Costas, governador de Santa Cruz, Luis Revilla, prefeito de La Paz, e Samuel Doria Medina, líder do partido Unidad Nacional, passaram a conformar um bloco opositor ao então presidente, criticar o aparelhamento do Judiciário em função da decisão do TCP e a classificar a decisão pela repostulação como antidemocrática e autocrática. Em outubro de 2018, cinco políticos bolivianos – incluindo Carlos Mesa – levaram a questão à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para denunciar o governo boliviano pelo que consideraram um desrespeito ao pacto de São José, fundador da instituição. Em síntese, desde 2016 já se via movimentos à esquerda e à direita, nas ruas e nas instituições, de contestar a possibilidade de Evo concorrer a mais uma eleição.

Após os ocorridos dos dias 20 e 21 de outubro de 2019, as principalmente cidades do país, como La Paz, Santa Cruz e Cochabamba, mas também Chuquisaca, Tarija e Potosí já tinham protestos, barricadas e bloqueios, com destacado papel para o Conade, ainda que esse afirmasse o caráter espontâneo dos atos. Setores como mineradores, motoristas e algumas populações originárias estavam entre os movimentos que ocuparam as ruas nestes dias. Alguns dias depois, no dia 29, um elemento decisivo teve início: o Comitê Cívico de Santa Cruz realizou ato com massiva concentração, tendo Luiz Fernando Camacho como líder. Reunidos, os representantes do grupo, que estavam em uma greve há 8 dias, declararam que a paralisação se manteria. A manifestação foi um marco de mudança de posição: antes o Comitê aguardava a auditoria da OEA para se pronunciar em relação às eleições, mas decidiram que iriam manter sua greve até que o pleito do dia 20 fosse plenamente anulado e novas eleições convocadas por um órgão eleitoral completamente novo. Ao mesmo tempo, setores de apoio ao MAS, que começam a denunciar a tentativa de golpe em curso, também ocupavam as ruas, com destaque para a convocação da Coordinadora Nacional para el Cambio (Conalcam), que chamou à mobilização contra o que nomeou como golpe de Estado cívico-político.

Nesse contexto, alguns dos atos deixam de ser simples mobilizações, violentas ou não, e passam, com mais força, a contar com confrontos entre os lados. O principal resultado do aumento da violência foi que mortes passaram a acontecer nesses conflitos; a crise ganhou uma dimensão mais violenta a partir daí e, até o fim do mês, 142 pessoas já haviam sido detidas em função das mobilizações. O dia 31, no cabildo de La Paz, é marco daquilo que se consolidaria como a “terceira via” da disputa entre as forças mais poderosas. O cabildo decidiu que não apoiaria “nem Evo, nem Mesa”, em ato composto por cocaleros da Adepcoca dos Yungas, universitários, entre diversos outros setores. La Paz e Potosí, assim como Santa Cruz, passaram a demandar a anulação das eleições. No dia 2 de novembro, Camacho dá seu passo definitivo rumo à radicalização do seu posicionamento: estabelece o prazo de 48h para que Morales renuncie e escreve uma carta de renúncia de Evo para que ele assine. Em sequência, inicia sua marcha de Santa Cruz à La Paz para falar com o presidente. Alguns dias depois, Camacho e o Conade decidem que os esforços de pressão deveriam estar centrados em La Paz. É nesse mesmo momento que as estruturas institucionais masistas e evistas começam a ruir. O vice-ministro do Tesouro renuncia dia 7, e policiais – sobretudo da base, não de alto escalão – começam a se amotinar.

Desenvolvimento da crise: nova força passa a dirigir o processo

O dia 10 de novembro seria o dia decisivo para a transformação da conjuntura política boliviana: a OEA divulgou o resultado parcial da auditoria que realizou sobre o pleito do mês anterior; o relatório indicou irregularidades graves na apuração, contagem e transmissão de dados ao Tribunal Supremo Eleitoral. A partir de então, a crise e a polarização política se aceleraram e se intensificaram. Diversos atores políticos passaram a pedir a renúncia imediata de Evo, com destaque a cívicos⁷ de diversos departamentos e da Central Obrera Boliviana (COB), maior central sindical do país, que, por meio de seu secretário executivo, Carlos Huarachi, pediu para que Morales refletisse sobre a

⁷ O termo cívico se refere, na Bolívia, àquele ou àquela que se organiza a partir de ou é membro de um Comitê Cívico. Comitês Cívicos são instituições de organização cidadã nas quais estão contidos diversos setores sociais, sobretudo ligados às classes médias e classes mais altas bolivianas.



possibilidade de renunciar para a pacificação do país⁸. Frente a este cenário, Evo cede e se coloca à disposição para a realização de novas eleições. No entanto, setores populares, sobretudo cívicos de diversos departamentos, exigem a renúncia imediata do presidente – pedido que é acompanhado por Rubén Costas, governador de Santa Cruz, às 12h do mesmo dia. Às 16h, o então comandante geral das Forças Armadas, Williams Kaliman, sugere a renúncia do presidente, o que é seguido pelo comandante da polícia, Yuri Calderón; ambos sugeriram a “renúncia de Evo pela pacificação do país”. Em torno das 17:30h, Evo Morales, Álvaro García Linera e Gabriela Montaña, então ministra da Saúde, renunciaram aos seus cargos. Nas horas seguintes, a maior parte dos ministros e vice-ministros que compunham o governo também renunciaram. Às 23h do mesmo dia, o paradeiro de Evo já era pouco conhecido; só se sabia que o México havia concedido asilo ao presidente. Camacho, não obstante, anunciava julgamentos contra Linera, Morales e outros ministros. Às 8h do dia seguinte, o somatório de autoridades que renunciaram chegava a 17.

Este foi o momento que separou os dois tempos do processo. No fim da tarde do dia 10, Luiz Fernando Camacho, escoltado por policiais, entrou no Palacio Quemado segurando uma bíblia e a bandeira tradicional boliviana – não a wiphala. Com a declaração de que “sai a pachamama, entra Deus” no palácio presidencial boliviano, este foi o momento-chave para que ficasse claro qual força política passava a dirigir o processo a partir de então: se, inicialmente, as principais forças políticas eram o masismo e o neoliberalismo, daquele momento em diante quem passou a comandar o Estado boliviano foi uma direita bastante mais violenta – e fascista.

A partir de então, criou-se um vazio de poder e, conseqüentemente, um espaço a ser disputado entre as forças envolvidas no processo.

O vazio de poder criado pela renúncia de Evo, Linera e Montaña, além de diversos outros ministros e do presidente da Câmara e da presidenta do Senado, foi concomitante tanto aos grandes atos em defesa do governo de Morales, sobretudo em cidades como El Alto, La Paz e em alguns espaços do departamento de Cochabamba, quanto às violentas repressões por parte das Forças Armadas contra estes manifestantes. Nos dias seguintes, a

renúncia de Evo que, de acordo com a norma constitucional, deveria ser aprovada pelo corpo legislativo, ainda não havia sido submetida aos trâmites formais, legais (CLOSS, 2019, s/p).

O clima de tensão e ameaça fez com que a integridade física da maior parte do MAS estivesse em risco. Após as sucessivas renúncias, o paradeiro de Morales passou a ser desconhecido – e seu traslado até o México, onde recebeu asilo, foi intranquilo – e a maior parte dos deputados do MAS passou a não mais comparecer à Assembleia Plurinacional – seja por ameaças, seja por estratégia política. Neste cenário, Jeanine Añez, então segunda vice-presidenta do Senado e senadora pelo departamento de Beni, além de uma notória opositora ao MAS, se autoproclamou presidenta interina do país em sessão legislativa sem quórum suficiente em função da ausência dos legisladores do MAS.

A partir de então, dois processos passaram a ocorrer simultaneamente: a nível institucional, Añez iniciou a remontagem do Estado e buscou dar ares constitucionais às manobras controversas que ocorreram nos dias anteriores. Nas ruas, a violência escalou:

[...] deram continuidade à queima e às agressões às casas e aos corpos de masistas em diversas cidades; logo, resistências em muitos espaços se organizaram, com especial destaque à cidade de El Alto. No dia 11, enormes marchas desciam de lá em direção à capital, onde se concentraram as manifestações. Recortes raciais eram visíveis entre aqueles que defendiam o “novo Estado” - a polícia, branca, sobretudo - e aqueles que gritavam “golpe” - população originária ou ascendente de tal, muitos e muitas com a wiphala em punho (CLOSS, 2019, s/p).

A atuação truculenta primeiro das polícias e depois das Forças Armadas dramatizou a situação: entre diversas operações e incursões das forças, destacam-se os massacres nas localidades de Sacaba e de Senkata, que já estão sendo investigados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em ambos, raça e classe foram os alvos bastante bem definidos – principalmente, ativistas masistas. Montada toda nova equipe de governo, com novos ministros e vice-ministros, passou a haver a execução de um novo perfil de política – seja doméstica ou externa⁹. Após extenso debate sobre como se dariam as eleições, no início de

8 Ver a edição de novembro de 2019 do Conjuntura Latitude Sul. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/12/ConjunturaLATSUL_novembro_2019.pdf (acesso em 01/02/2020).

9 Ver a edição de dezembro de 2019 do Conjuntura Latitude Sul. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/01/Conjuntura-Latitude-Sul-Dez-de-2019.pdf> (acesso em 01/02/2020).



dezembro, foi eleito um novo Tribunal Superior Eleitoral, que decidiu postergar as novas eleições presidenciais: inicialmente previstas para janeiro, no primeiro mês de 2020 ficou decidido que irão ocorrer em maio deste ano. As chapas ainda não estão decididas, mas já se anuncia a provável participação de Camacho e Pumari juntos disputando a presidência. Um MAS fragmentado – principalmente entre aqueles que estão na Bolívia e aqueles que estão na Argentina, com Evo – ainda não anunciou oficialmente quem irá disputar a presidência, mas tudo indica a presença de Andrónico Rodríguez como principal nome. Ao mesmo tempo, criou-se um aparato legal para banir da vida pública grande parte dos atores políticos mais relevantes do MAS. Para além da prisão de ex-ministros do TSE e da ordem de prisão de outros ex-ministros, no dia 18 de dezembro o Ministério Público boliviano decretou ordem de apreensão contra Evo Morales pela acusação de terrorismo e sedição.

Breves considerações finais: a crise é de Estado?

Desde o início, ficou claro que não há consensos conceituais a respeito da crise na Bolívia: se foi ou não golpe o processo que ocorreu entre outubro e novembro de 2019 – ou, ao contrário, se o que o país vivenciou nos últimos meses foi uma revolução; se Evo Morales e seu partido estavam efetivamente construindo um projeto anti-democrático; ou se, na realidade, seu projeto transformador havia ido a fundo o suficiente para que setores golpistas se organizassem para derrubá-lo. O que se pode perceber, no entanto, é que se trata de uma crise que passa, justamente, por elementos estruturantes do Estado latino-americano, desde a própria concepção de democracia, da relação entre Estado central e as localidades, do modo de produção, da mobilização da violência e de diversas formas de racismo, classismo e machismo que atravessam os processos sociais. Todos estes elementos estruturantes vieram à tona, justamente, em momento que as contradições do projeto do MAS e de Morales chegaram em seu limite. O que fica em aberto, agora, é se haverá a manutenção do Estado Plurinacional e da Constituição Política do Estado, aprovada em 2009, ou se isto também está com seus dias contados. Se trata, em síntese, de entender se a crise é do governo de Evo/MAS ou de todo o Estado que foi construído a partir de então.

Para além disso, pode-se concluir que ocorreram dois momentos distintos na

conjuntura: em uma primeira etapa, uma multiplicidade de atores tomou as ruas da Bolívia. Da direita à esquerda, dos cívicos a movimentos populares, todos disputavam a condução política do país. A partir de um determinado ponto, no entanto, um grupo político e um setor social específico passaram a dirigir o processo. Este grupo – materializado em Camacho e Áñez – representa uma direita que, para além de neoliberal, é mais violenta e tem uma agenda mais conservadora. Este grupo representa o aparecimento e a força de uma vertente política de ultra-direita que não é nova, mas que ganhou ainda mais força na Bolívia nos últimos meses.

Referências

CLOSS, Marília. Uma Proposta de Cronologia para a Bolívia: um golpe em dois tempos. Texto publicado no site Horizontes ao Sul. 15/11/2019. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/11/15/UMA-PROPOSTA-DE-CRONOLOGIA-PARA-A-BOLIVIA-UM-GOLPE-EM-DOIS-TEMPOS>.



As revoltas contra o neoliberalismo na América do Sul em 2019

**Andrés Londoño Niño, Diogo Ives,
Fernanda Nanci e Murilo Gomes¹**
Pesquisadores do OPSA

Introdução

Os três últimos meses de 2019, na América do Sul, foram marcados por uma onda de manifestações populares, registradas em Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. Os motivos que levaram multidões às ruas, a dimensão dos protestos e as formas de agitação diferiram em cada país, o que exige análises contextualizadas para se formular conclusões gerais a respeito deste cenário atípico de instabilidade intensa na região. De antemão, pode-se admitir apenas uma generalização evidente: as elites políticas falharam em canalizar as demandas da sociedade para o Estado, levando a população a driblar a mediação das instituições e a expressar sua voz diretamente no espaço público.

O objetivo deste artigo é apontar maiores convergências entre três casos específicos: os de Equador, Chile e Colômbia, ocorridos nesta ordem cronológica. Nestes países, as elites políticas atualmente no governo coincidem em se orientar pela ideologia neoliberal, que promove uma desconstrução programada do Estado e é leniente com concentração de renda e riqueza entre os indivíduos, fenômenos que fragilizam a ordem política. As seções a seguir se dedicam a apontar as decisões econômicas tomadas pelos governos dos três países que serviram de estopim para as revoltas populares e a resumir os principais acontecimentos na sequência.

A contestação ao FMI no Equador

Entre 3 e 13 de outubro, dezenas de milhares de manifestantes ocuparam as ruas de várias cidades do Equador para protestar contra a política de austeridade adotada pelo governo de Lenín Moreno como contrapartida à concessão de um empréstimo de US\$ 4,2 bilhões, contratado com o FMI em fevereiro de 2019. Dois dias antes do início da revolta, em 1º de outubro, Moreno havia anunciado um pacote de medidas para reduzir gastos do Estado e aumentar a arrecadação de impostos, esperando assim diminuir o atual

déficit fiscal de US\$ 5 bilhões para poder arcar com o pagamento do empréstimo do FMI. O pacote incluía: o fim de subsídios à gasolina e ao diesel que vigoravam no país havia 40 anos e a ampliação do setor privado na importação e no comércio de combustíveis; cortes de investimentos de empresas públicas e de despesas de seguridade social; redução de pessoal e de salários de parte da máquina estatal; aumento de impostos, por apenas três anos, para empresas com receita anual superior a US\$ 10 milhões; e uma proposta de flexibilização de contratos trabalhistas que seria submetida à Assembleia Nacional.

A pauta foi repudiada logo no dia seguinte, 2 de outubro, em um comunicado conjunto emitido pela Frente Unitária de Trabalhadores (FUT) e pela Confederação de Nacionalidades Indígenas (CONAIE). As duas entidades convocaram manifestações graduais e permanentes, até se alcançar uma greve nacional, para derrubar o que classificaram como políticas neoliberais e antipopulares e substituí-las por medidas como redução da taxa de juros dos bancos, concessão de crédito barato, programas de assistência técnica e repatriação de capitais. Mesmo assim, no dia 3, o corte de subsídios nos combustíveis passou a vigorar, o que provocou uma subida imediata nos preços dos postos de gasolina, levou a uma greve de motoristas de diferentes meios de transporte em algumas cidades e deu início a protestos de rua em Quito, Guayaquil e Cuenca. O governo Moreno respondeu às ações no mesmo dia, decretando um estado de exceção que permitia que militares se juntassem a policiais para reprimir as manifestações e desbloquearem vias de trânsito. Contudo, os protestos se alastraram para outras cidades nos dias seguintes.

Diante da pressão popular, no dia 8, Moreno transferiu a capital para a cidade de Guayaquil, conforme permitido legalmente em momentos de crise. Em transmissão feita por redes de rádio e de televisão, Moreno, cercado pelo vice-presidente, pelo ministro da Defesa e pelos chefes das Forças Armadas, afirmou que os protestos estavam sendo orquestrados pelo ex-presidente do Equador e seu maior adversário político, Rafael Correa, em conluio com o atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, com o objetivo de promover um golpe de Estado no país. O sinal de transmissão do canal de televisão TeleSur, financiado pelo governo venezuelano, foi cortado. Moreno teve a sua legitimidade reconhecida pelos governos de Argentina,

¹ Doutoranda/os em Ciência Política no IESP/UERJ.

Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru.

A repressão policial-militar instituída pelo estado de exceção teve êxito em esvaziar as greves de motoristas no país já no dia 4, porém deu origem a denúncias, nas redes sociais, de prisões arbitrárias e relatos de violência cometida pelos agentes públicos. No dia 5, o governo anunciou uma permissão para que as prefeituras aumentassem as tarifas de ônibus devido ao encarecimento do combustível.

Contudo, a CONAIE manteve-se na resistência e teve sucesso em mobilizar 20 mil indígenas pelo país todo para marcharem em direção à capital, onde chegaram no dia 9. A concentração popular em Quito produziu tanto caminhadas pacíficas, como ocupações de órgãos públicos, incluindo a Assembleia Nacional e a Controladoria Geral, da qual o governo posteriormente declarou que haviam sido subtraídos documentos de inquéritos relacionados a políticos correístas.

Em 13 de outubro, Moreno cedeu à pressão popular, revogou o fim dos subsídios aos combustíveis e a permissão para o reajuste nas tarifas de ônibus e anunciou um processo de diálogo – chamado de “diálogo para paz” – com os movimentos sociais para discutir uma nova pauta econômica, com uma mediação feita por representantes da ONU e da Igreja católica. A despeito do tom conciliatório, no dia seguinte, a governadora da província de Pichincha – onde fica a capital, Quito –, Paola Pabón, correista, foi presa preventivamente, sob acusação de envolvimento na incitação dos protestos. Além disso, em 16 de outubro, Moreno anunciou a troca dos chefes do Exército e do Comando Conjunto das Forças Armadas. Conforme declarado pelo ministro da Defesa, Oswaldo Jarrín, em 22 de outubro, os novos chefes teriam a missão de combater o que chamou de insurgência no Equador a partir de técnicas anti-terroristas que teriam aprendido em Israel e na Espanha². Jarrín também acusou universidades de terem abrigado vândalos durante as manifestações e solicitou à Assembleia Nacional que aprovasse uma alteração legislativa que permitisse a utilização do Exército na segurança pública mesmo em tempos normais, o que, por ora, não foi feito³. Na mesma linha, a ministra do

2 Disponível em <<https://www.eluniverso.com/noticias/2019/10/21/nota/7568984/fuerzas-armadas-hicieron-que-permiten-leyes-vigentes-no-usaron>> (acesso em 05/21/2020).

3 Disponível em <<https://www.eluniverso.com/noticias/2019/10/23/nota/7572656/universidades-fueron-centros-abastecimiento-manifestantes>> (acesso em 05/20/2020).

Interior, María Paula Romo, afirmou que os protestos teriam evidenciado a presença de paramilitarismo no país⁴. Em 13 de novembro, Romo anunciou uma investigação sobre a suposta participação de agentes cubanos nos protestos⁵.

Reagindo à postura agressiva do governo, o presidente da CONAIE, Jaime Vargas publicou, em 23 de outubro, um vídeo em rede social no qual afirmou a necessidade de que os indígenas formassem um Exército próprio⁶. Diante do anúncio do Ministério Público de que investigaria a declaração, considerada crime pela legislação nacional, Vargas retificou sua declaração e afirmou que se referia à valorização das guardas indígenas que já existiriam em muitas comunidades⁷. Em meio à tensão entre governo e CONAIE, a organização não compareceu para as reuniões do “diálogo de paz”, que apenas contaram com participação da FUT. Em vez disso, convocou unilateralmente uma reunião com outras organizações sociais para discutir uma nova agenda econômica para o Equador que excluísse qualquer demanda do FMI.

A reunião, chamada de Parlamento Popular dos Povos e Organizações Sociais, ocorreu em 29 de outubro e contou com 400 delegados da sociedade civil. O documento final, divulgado em 31 de outubro, pediu o fim da cooperação do governo com o FMI e o aumento de impostos pagos pela elite econômica. Por sua vez, o governo ignorou as sugestões e, em 2 de novembro, enviou a lei orçamentária de 2020 para aprovação da Assembleia Nacional, na qual manteve o espírito de austeridade das medidas do início de outubro, porém com uma redução de gastos que será feita de modo mais gradual.

Além da falta de diálogo entre governo e CONAIE, a oposição ligada a Rafael Correa também passou a temer maiores repressões por parte do Estado. O receio de que poderia haver perseguições e prisões como a ocorrida com Pabón – cuja prisão foi revogada apenas em 25 de dezembro, após pedido da Corte Interamericana de Direitos Humanos –, levou cinco parlamentares e um funcionário

4 Disponível em <<https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/10/22/el-ministro-de-defensa-oswaldo-jarrin-dice-que-en-el-pais-hay-insurgencia/>> (acesso em 05/02/2020).

5 Disponível em <<https://www.elcomercio.com/actualidad/romo-finalizacion-acuerdo-medicos-cubanos.html>> (acesso em 05/02/2020).

6 Disponível em <<https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/10/23/fiscalia-investiga-al-presidente-de-la-conaie-por-instar-a-crear-ejercito-propio/>> (acesso em 05/02/2020).

7 Ibid.



do governo de Pichincha a pedirem asilo diplomático na embaixada do México, ao longo de outubro. O governo de López Obrador atendeu aos pedidos, mas afirmou que não interferiria nos assuntos internos do Equador. Por sua vez, a Assembleia Nacional suspendeu os salários dos parlamentares asilados.

Finalmente, em 29 de novembro, confirmando os relatos divulgados em redes sociais durante os dias de protesto, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiu um relatório em que atestou que o Estado usou força desproporcional na repressão contra manifestantes. A partir de entrevistas feitas com 373 pessoas, especialistas do órgão da ONU, convidados ao país pelo governo, contabilizaram 9 mortos, 1.507 feridos (sendo 435 membros das forças de segurança), 100 agressões contra jornalistas (por parte do Estado e de manifestantes) e 1.382 detidos, afirmando que muitas prisões teriam sido feitas de modo arbitrário e sem provas concretas.

A inédita greve nacional na Colômbia

No dia 21 de novembro, milhares de colombianos manifestaram insatisfação com o governo do presidente Iván Duque em distintos pontos das grandes cidades como Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla. O chamado Paro Nacional (greve nacional) estava sendo organizado desde outubro pelo Comando Nacional Unitário, formado por distintas organizações sindicais, sociais e estudantis. Após apenas 15 meses de mandato, o governo de Duque entrou em uma profunda crise política, tendo que lidar com uma das maiores e mais fortes manifestações que o país experimentou nas últimas décadas. Embora manifestações anteriores de indígenas, caminhoneiros ou estudantes tenham mobilizado um grande número de pessoas, a greve recente, além de permanecer por vários dias, reuniu vários setores sociais e contou com participação cada vez mais plural e generalizada.

Os gatilhos dos atuais protestos respondem a várias divergências com o governo Duque. Dias antes da greve nacional, o ministro da Defesa foi forçado a renunciar, depois que a opinião pública tomou conhecimento do bombardeio a um campo de dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) que causou a morte de menores recrutados. Além

da violação dos acordos por parte do governo, o assassinato sistemático de líderes sociais e, recentemente, o aumento de lideranças indígenas massacradas, gerou repúdio por vários setores da sociedade que acreditam que as respostas de Duque foram insuficientes. No entanto, o que levou muitos setores a sair às ruas foi o chamado “pacote” (paquetazo) que se refere ao conjunto de reformas trabalhistas, previdenciárias, financeiras e tributárias de caráter neoliberal propostas pelo governo que gerou indignação das classes baixa e média. Assim, os protestos tiveram como alvos principais um amplo leque de questões, tais como: críticas ao corte de investimentos na educação pública, demanda pela manutenção do salário mínimo para os jovens, desacordo com a proposta de reforma previdenciária e tributária, reclamações sobre o aumento no número de assassinatos de líderes sociais no país e demandas em prol do cumprimento dos acordos de paz.

A greve ocorreu em um contexto em que as taxas de desaprovação do governo de Duque estão em torno de 70%, como indicaram algumas pesquisas publicadas dias antes das mobilizações. No contexto das inúmeras convulsões sociais em curso na América do Sul, o senador Álvaro Uribe, presidente do partido da situação, Centro Democrático, afirmou que as manifestações faziam parte de uma estratégia internacional de grupos opositores apoiadores do Foro de São Paulo como forma de desestabilizar o país e que os protestos seriam violentos. Com este temor, o governo mobilizou a Polícia Nacional para intervir nas ruas militarizou as principais cidades, fechando as fronteiras e ordenando ataques a alguns promotores da greve e líderes estudantis.

Antes da greve, o presidente Duque convocou empresários e trabalhadores, representados por algumas destas organizações, para firmar um documento em que se estabelecia que o governo respeitaria o direito constitucional do protesto pacífico pelas entidades sociais e que o uso da violência seria rechaçado como instrumento de protesto. No entanto, apesar da manifestação ter iniciado em clima de paz, a imprensa relatou vários enfrentamentos entre a polícia e distintos grupos de manifestantes, além de excessos no uso da força e da tentativa do governo de boicotar e intimidar algumas organizações.

No dia 21 de novembro, primeiro dia da greve nacional, a mídia apresentou os relatos das massivas mobilizações em diferentes partes do país, enfatizando os



atos de vandalismo ocorridos em cidades como Cali e Bogotá. O primeiro dia de manifestações não terminou por aí, pois um enorme “panelaço” (cacerolazo) surpreendeu os habitantes de várias cidades colombianas, que das janelas de suas casas se uniam às manifestações ocorridas naquela noite. Essa forma de protesto, histórica na Argentina, Bolívia ou Venezuela, não estava presente na memória coletiva da maioria dos colombianos e constitui um diferencial da atual greve nacional, uma vez que os cacerolazos, como forma de protesto pacífico, permaneceram nas ruas por vários dias, embora mais concentradas e menos massivos do que os do primeiro dia.

Como no Equador, na Colômbia também houve atos criminosos, como saques e danos ao sistema de transporte de massa. Em Bogotá e Cali, como em Quito, o toque de recolher foi declarado ao anoitecer. Havia também um pânico coletivo por ataques a complexos residenciais que levavam os habitantes de ambas as cidades a se organizarem para monitorar suas propriedades. Chegaram a público denúncias de cidadãos que indicaram que esses eventos foram patrocinados pela Polícia Nacional para gerar medo na população, exigir o uso da força, declarar estado de comção interna e avançar com as reformas propostas pelo governo. Contudo, o governo negou veementemente tais acusações.

As repressões das forças militares acompanharam os dias de concentração e mobilização cidadã, tal como ocorreu no Equador e no Chile. Nesse contexto, a morte de Dilan Cruz, um garoto de 18 anos, gerou um debate sobre a existência da força de choque (Esmad) e sobre o abuso de autoridade que essa instituição exerceu no país nos últimos anos. O presidente colombiano e a vice-presidente, que há alguns anos defenderam o direito de protestar quando se opuseram ao governo de Juan Manuel Santos e que criticaram o governo de Nicolás Maduro por abusos contra manifestantes, não conseguiram encaminhar a crise para além da mobilização das Forças Armadas.

Após os protestos, o presidente se dirigiu aos colombianos em rede de televisão, criticando os atos violentos e convocando distintos setores nacionais para um diálogo (conversación nacional). Apesar de uma primeira reunião ter acontecido, no dia 25 de novembro, com os integrantes do Comitê Nacional da Greve, que entregaram ao presidente um documento com suas demandas, organizadas em torno de 13

pontos, as manifestações continuaram no país. No dia 29 de novembro, o governo aceitou estabelecer uma mesa de diálogo exclusiva com o Comitê, em paralelo ao diálogo que vem buscando estabelecer com outros setores convocados para a conversación nacional.

No entanto, embora Duque tenha clamado por um diálogo nacional, ele prolongou as reuniões com os líderes do Comitê e insistiu em implementar as reformas que motivaram as mobilizações. Dessa maneira, além de não propor propostas que viabilizem esse diálogo, ele evitou, como fez durante a campanha presidencial, o debate com vários grupos sociais que o desafiam. Isso, aliado à sua baixa popularidade, demonstra a sua falta de liderança efetiva, a sua pouca experiência na gestão pública e a ignorância do grau de complexidade do problema que seu governo está passando.

Embora a intensidade das manifestações tenha variado nos dias da greve nacional, o conjunto de eventos que as acompanhou representam um ponto de virada, não apenas porque envolveram setores e grupos de cidadãos que antes eram apáticos às mobilizações sociais, mas porque os atos de protesto contra o governo foram mantidos por vários dias com diferentes tipos de mobilização social. Provavelmente, a recente experiência chilena influenciou o uso de certas expressões coletivas, como o cacerolazo, e também inspirou, especialmente estudantes universitários, a manter as demandas sociais, apesar das poucas garantias que o direito de protestar no país tem.

Mobilização nacional no Chile – dos atos estudantis à reforma constitucional

A origem dos protestos no Chile data de 04 de outubro de 2019, quando o Painel de Peritos em Transportes Públicos do Chile determinou um novo aumento nas tarifas de ônibus, metrô e ferrovias urbanas, nas 32 comunas da província de Santiago e nas comunas de San Bernardo e Puente Alto. Em resposta, nas semanas seguintes, em 14 e 15 de outubro, os estudantes secundaristas realizaram protestos seguidos, convocando a população a que pulasse as catracas, em resposta aos aumentos das tarifas. A resposta inicial do governo foi de duras críticas às mobilizações dos secundaristas, qualificando-os como delinquentes e apontando que estariam atentando a liberdade e direitos dos chilenos.

Em 17 de outubro, os atos continuaram



e houve enfrentamento entre manifestantes e carabineiros. No dia seguinte, o Governo descartou a revogação do aumento das passagens e, por consequência, a Confederação de Estudantes do Chile (Confech) convocou manifestações nacionais, em 18 de outubro.

No dia das manifestações nacionais, que ocorreram em diversas cidades chilenas, o governo militarizou as estações de metrô. No horário de pico de saída dos trabalhadores, entre as 18:00 e 19:00, o governo resolveu fechar as estações para evitar os “pulas-catracas”. Essa decisão fez com que milhares de trabalhadores não pudessem voltar às suas casas e tivessem que caminhar. Isso ampliou as manifestações espontâneas em várias partes da cidade. Na sexta à noite, os conflitos mais violentos começaram. No mesmo dia, o governo anunciou estado de emergência na cidade, restringindo os direitos a manifestação e reuniões e passando o controle da cidade às mãos de um general. As Forças Armadas foram autorizadas a ocupar a cidade. Mais de 300 pessoas foram presas.

Em 19 de outubro, a cidade amanheceu com painéis e conflitos em praticamente todos os bairros populares e alguns de classe-média. Os conflitos agora não envolviam apenas os policiais, mas também as próprias Forças Armadas. Os protestos se expandiram por todo o país, de norte a sul, de Arica a Magallanes. O governo decretou estado de emergência em Valparaíso (cidade portuária com longa trajetória de lutas sociais) e Concepción (uma das principais cidades do sul). O presidente chileno, Sebastian Piñera, suspendeu o aumento do preço do metrô, e o Exército decretou toque de recolher em Santiago. Segundo o chefe da Defesa Nacional, general Javier Iturriaga, o toque de recolher “significa que as pessoas devem estar em suas casas e os que precisam sair devem pedir para que sejam conduzidos com segurança”. A medida não era aplicada no Chile desde 1987, os últimos anos do regime militar.

Em 22 de outubro, Piñera se desculpou pela crise e anunciou pacote de medidas sociais no Chile. Entre as principais medidas, Piñera propôs uma renda mínima garantida, com o Estado complementando em 15% os salários mais baixos. No entanto, mesmo com o anúncio presidencial, os protestos continuaram e as mobilizações ganharam ainda mais força.

Em 25 de outubro, 1 milhão de pessoas protestaram em Santiago em manifestação histórica, uma das maiores da história

chilena. Como resposta, Piñera solicitou que seus ministros renunciassem às respectivas pastas, para uma renovação do governo, já em 26 de outubro. No dia seguinte, o presidente chileno anunciou a suspensão do estado de emergência. E, já no dia 28 de outubro, oito ministros (de um total de 24) já haviam se demitido e foram substituídos, entre eles os do Interior e Fazenda. Com esta decisão, o governo tentou se blindar para enfrentar a maior crise política e social que vive o país desde o regresso da democracia em 1990.

Mesmo com o anúncio da reforma ministerial, os protestos persistiram, o que gerou impactos na agenda internacional do Chile. Com isso, em 30 de outubro de 2019, o Chile cancelou as cúpulas da COP25 (cúpula mundial do clima) e da APEC (Fórum Ásia-Pacífico). Após a notícia do cancelamento da APEC e da COP25 no país, os mercados reagiram dramaticamente durante esse dia, o que levou a moeda americana a subir rapidamente para seu nível mais alto em 16 anos, desde março de 2003, atingindo uma média de US \$ 738 e, às vezes, chegando a US \$ 741.

Em novembro, os movimentos sociais seguiram fortes nas ruas chilenas. No entanto, a principal pauta das manifestações tornou-se a urgência de se realizar uma reforma constitucional, que finalmente modifique a constituição atual, que é herdeira da constituição de 1980, aprovada ainda no regime ditatorial de Pinochet (1973-1990).

Em resposta às mobilizações, Piñera propôs, no dia 13 de novembro, três acordos nacionais. O primeiro sendo um acordo pela paz, que permita cessar as ondas de violências que ocorriam há pelo menos um mês no país. Outro acordo por justiça social, que estimularia uma agenda social que possibilite um avanço para um Chile mais justo, com menos abusos, com maior igualdade de oportunidades e com menos privilégios. E, por fim, um acordo por uma nova Constituição, a qual, afirmou, se daria dentro do marco da institucionalidade democrática, com uma clara e efetiva participação cidadã, e com um plebiscito ratificatório.

Após o anúncio presidencial e, completado um mês de manifestações, no dia 18 de novembro, os congressistas do Chile concluíram um acordo que vai dar início ao processo para a redação de uma nova Constituição. O principal ponto do acordo é um plebiscito, que será realizado em abril de 2020 e terá algumas opções, começando pela pergunta principal: se a população quer ou



não mudar a Carta Magna, redigida em 1980 e, a seguir, se o eleitor votar pela mudança, terá que decidir quem formará a Constituinte, se uma convenção mista, com 50% de atuais congressistas e 50% de novos integrantes, ou se por meio de uma Assembleia Constituinte exclusiva a ser eleita posteriormente.

Em dezembro, Piñera, confirmou a realização do plebiscito para o dia 26 de abril de 2020. Nas palavras do presidente:

O plebiscito que realizaremos não é uma eleição qualquer, porque com esta ação democrática e republicana, vamos ter que optar entre duas alternativas, as duas legítimas e democráticas. A primeira, conduz a uma convenção constitucional integralmente composta por constituintes eleitos ou uma convenção constitucional mista em que haverá uma metade eleita diretamente e a outra metade eleita pelo Congresso (PRENSA PRESIDENCIA, 2019, s.p.).

Ainda que com uma significativa vitória – dando aos chilenos a escolha democrática de mudar uma constituição anacrônica, que abre margens para as políticas neoliberais –, essa foi alcançada às custas de muita mobilização social, mas também às custas de muita repressão e violência estatal. Em relatório⁸ divulgado pelo Instituto Nacional de Derechos Humanos de la República de Chile, entre o período de 17 de outubro e 30 de dezembro, foram registrados os seguintes casos de violação: 3.583 feridos, sendo 2.874 homens e 416 mulheres. 2.050 feridos por arma. 1.615 atingidas por “pellets”. 230 pessoas feridas por gás lacrimogêneo, 359 lesões oculares e 980 ações judiciais, sendo 777 por tortura e 137 por violência sexual.

Considerações finais

Ainda que com particularidades, não é possível entender as revoltas populares no Equador, na Colômbia e no Chile sem considerar o contexto regional. Não apenas porque os movimentos sociais se inspiraram e se alimentaram entre si, mas porque a agitação simultânea das três sociedades evidencia um fenômeno compartilhado de fragilidade dos seus Estados em meio a processos de implementação da agenda neoliberal. Nos três casos, uma vez tendo sua legitimidade contestada, as elites políticas no controle do Estado coincidiram em responder violentamente às mobilizações, admitir apenas pequenos recuos, propor tentativas de diálogo sem grande respaldo do lado opositor e

insistir na manutenção das mesmas políticas mesmo após os protestos. Ainda é cedo para se avaliar qual será o desdobramento concreto do caso chileno, haja vista que plebiscitos não têm força vinculante.

Se as reações populares nos três países podem parecer, à primeira vista, um despertar para os abusos de poder das elites dominantes, a desinibição destas em recorrer ao autoritarismo e ao uso de poder militar na repressão pode fazer com que esta contestação seja calada e se revele breve. Fenômenos como a circulação de notícias falsas nas esferas domésticas, a fragilização das instituições internacionais devido ao unilateralismo do governo Trump nos Estados Unidos e o descaso com qualquer ambição de mediação regional por parte do governo Bolsonaro no Brasil contribuem para que a força seja privilegiada em detrimento de instrumentos democráticos nos países da América do Sul.

Contudo, um movimento na direção contrária pode vir do recém inaugurado governo de Alberto Fernández na Argentina, eleito com um programa anti-neoliberal, somado ao governo Obrador no México, que segue na mesma linha, acaba de completar um ano (em um mandato de seis anos) e vem assumindo uma importância maior na região, como visto no caso da concessão de asilo a políticos da oposição equatoriana. O ano de 2020 promete ser, assim, um período de reconfiguração da balança de poder regional, a ser observado com atenção.

Referências

PRENSA PRESIDENCIA. Presidente Piñera convoca a Plebiscito Constitucional 2020. 27/12/2019. Disponível em <<https://prensa.presidencia.cl/discurso.aspx?id=135819>>. Acesso em 05/01/2020.

⁸ Disponível em: <https://www.indh.cl/> (acesso em 08/01/2020).

